

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

AS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM DO SÍTIO HISTÓRICO URBANO  
DE BOA VISTA:  
Um olhar a partir da fotografia

MARIA GORETTI LEITE DE LIMA

São Paulo  
Junho/2011

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**AS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM DO SÍTIO HISTÓRICO URBANO  
DE BOA VISTA:  
Um olhar a partir da fotografia**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutora em Geografia Humana.

Área de conhecimento: Geografia Humana  
Orientador: Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato

São Paulo  
Junho/2011

AUTRIZO A REPRODUÇÃO E DIFULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Catálogo da Publicação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

LIMA, Maria Goretti Leite de.

**As transformações da Paisagem do Sítio Histórico Urbano de Boa Vista: Um olhar a partir da fotografia/** Maria Goretti Leite de Lima; orientador: Francisco Capuano Scarlato. São Paulo, 2011, p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Área de Concentração: Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

## FOLHA DE APROFAÇÃO

Maria Goretti Leite de Lima

As transformações da paisagem do sítio histórico urbano de Boa Vista: um olhar a partir da fotografia

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutora em Geografia Humana.

Área de conhecimento: Geografia Humana  
Orientador: Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato

Data de Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato (orientador)

Instituição: DG-USP / São Paulo – SP

Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Amália Inês Geraiges Lemos

Instituição: DG-USP / São Paulo – SP

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Instituição: UFOP/Ouro Preto - MG

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Instituição: DG-USP / São Paulo – SP

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva

Instituição: UFRR / Roraima – RR

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho ao Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva, pela admiração que nutro por ele.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus. A ti toda honra e toda glória, pois sem Ele nada sou. Tudo pertence a Ele. Obrigada Senhor.

Ao meu orientador Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato, pela sua serenidade, coração generoso e pelos ensinamentos durante a orientação.

Ao Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva, pela contribuição ao longo dessa jornada, quando dividimos as angústias e os saberes adquiridos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, em especial docentes e funcionários da secretaria, quando destaco Ana Lúcia Pereira.

A Universidade Federal de Roraima, especialmente docentes do Departamento de Comunicação Social e de Geografia, destacando, Maurício Zouein, Antonio Tolrino de Resende Veras, Rafael da Silva Oliveira, Artur Rosa Filho, Maria dos Prazeres de Araújo Nery Santana.

Aos colaboradores, René Fernando C. Jiménez, Adair Santos, Haydée Brasil de Magalhães, Adriano Figueiredo, Cécir Brasil, Petita Brasil, Waldir Paixão, Douglas Damásio, Terêncio Filho Neto, Meire Saraiva Leão, Carolina Andrade, Padre Raimundo Wanthuy Neto, Prefeito Iradilson Sampaio, Deputada Tereza Surita e designer gráfico Israel Mattos.

Aos fotógrafos, Orib Ziedson, Thiago Orihuela e Fernando Gonçalves (Foto Alegria).

Aos professores Júlio Cesar Suzuki, André Martins, Mário de Biasi, Amália Inês, Luiz Bittar e Everaldo Batista.

Aos amigos, Roberto Ramos, Sandra Buenafuente, Erotilde Honório da Silva, Lourivel Néto, Vanessia e Raymunda Mendes.

Aos meus irmãos em Cristo, Alcineia Félix, Maria do Céu, Zilda Cruzeiro, Genilda Cruzeiro, Elacir Brilhante, Dione Linhares, Pastor Paulo Gomes, Pastora Helenilda Cunha e a Missionária Maria do Carmo.

“A destruição da memória, da história, do passado é algo terrível para uma sociedade. A globalização deve assumir as histórias particulares, anteriores, não as eliminar”.

Jacques Le Goff

## RESUMO

LIMA, Maria Goretti Leite. As transformações da Paisagem do Sítio Histórico urbano de Boa Vista: um olhar a partir da fotografia. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato. São Paulo, 2011.

Este trabalho é um estudo de caso, inserido na problemática do planejamento urbano, quando se pretende pontuar circunstâncias e conseqüências das ações de intervenção do poder público municipal sobre a área desse sítio histórico urbano. Destacamos que, na última década, especialmente entre os anos de 2000 e 2010, esse sítio histórico urbano, passou por transformações devido a intervenções realizadas pelo poder público municipal. Nesse recorte buscamos perceber as formas; a aparência original dos prédios; a descaracterização das edificações e a substituição dos mesmos; o traçado das ruas; a conservação da área verde e do patrimônio ambiental, como também, a ocupação e o uso do solo com as novas atividades comerciais e de lazer, tendo como exemplo, o complexo "Orla Taumanan". Nessas contradições entre as políticas de reurbanização e as propostas de revitalização, questionamos de que forma o poder público e a sociedade civil estão reagindo? Partimos do entendimento de que tanto a sociedade quanto o poder público, não perceberam a importância do patrimônio cultural e natural do lugar. Acreditamos que o processo de revitalização pode incorporar e valorar o espaço urbano e o patrimônio arquitetônico com todo o valor simbólico herdado da formação inicial do núcleo embrionário existente. Sendo assim, a carência de investigação e a urgência de um entendimento acerca desse assunto, que trata da proteção do sítio urbano histórico de Boa Vista, fornecerá subsídios para futuras políticas públicas, que são essenciais para proteger a área enfocada, trazendo benefícios para a sociedade.

Palavras-chave: Sítio Histórico; Geografia Cultural; Leitura de imagens; Percepção Geográfica.

## **ABSTRACT**

This thesis proposes theme is a case study, which concerns to urban planning, relating to circumstance and consequence actions for intervention in the municipality on the grounds of urban historical place. We highlight that, in the last decade, particularly from 2000 to 2010, this urban historical place, changed dramatically because of interventions carried through the municipality. As for this, we search for shapes; the original look of the buildings and their deconstruction and replacement; the routes of the streets; the conservation of the green area and the environmental patrimony, as well as, the occupation and the use of the ground as new commercial and leisure activities, for instance, the "Orla Taumanan". In these contradictions between reurbanization politics and the revitalization proposals, we ask: how the public power and the civil society are reacting? We agree that not only the society but also the public power do not realize the importance of cultural and natural patrimony of the place. We believe that the revitalization process may unite and value all urban area and the architectural patrimony with their symbolic value inherited from the initial formation of an existing embryonic nucleus. As for this, the lack of researches and an urgent agreement relating to this field, that deals with the protection of the historical urban place in Boa Vista, will supply subsidies future public politics, which are essential for protection of the focused area, bringing benefits for the whole society.

Word-key: Historical Place; Cultural Geography and Reading of Images; Geographical Perception.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto aérea mostra o limite do sítio histórico urbano	16
Figura 2 - Planta da fortificação de São Joaquim do Rio Branco	39
Figura 3 - Prospecto da Fortaleza de S.Joaquim	40
Figura 4 - Povoado de São Joaquim, 1904	41
Figura 5 - Prospecto da nova povoação de São Felipe	42
Figura 6 - Prospecto da nova povoação de Nossa Senhora da Conceição	43
Figura 7 - Prospecto da Povoação de Nossa Senhora do Monte do Carmo	44
Figura 8 - Mapa do Forte São Joaquim, das fazendas e colônias	45
Figura 9 - Croqui da vila de Boa Vista em 1924	48
Figura 10 - Sítio Histórico Urbano de Boa Vista	70
Figura 11 - Vila de Boa Vista do Rio Branco.	71
Figura 12 - Vila de Boa Vista destacando a intendência	72
Figura 13 - O Porto de Cimento (1925)	73
Figura 14 - Vista do muro que separava o Rio Branco da Vila de Boa Vista do Rio Branco	74
Figura 15 - Primeiro mercado municipal de Boa Vista	75
Figura 16 - Casa da Petita Brasil	76
Figura 17 - Porto de Boa Vista do Rio Branco, Déc. 20 Sec. XX	76
Figura 18 - Praça Barreto Leite, já reformada	77
Figura 19 - Sede da Fazenda Boa Vista 1904	78
Figura 20 - Hospital Nossa Senhora de Fátima após 1925	79

Figura 21 - Orla Taumanan na parte inferior 2009	80
Figura 22 - Vista Panorâmica da Orla Taumanan	80
Figura 23 - Residência de Armando Gomes em 1969	82
Figura 24 - Muro revitalizado que separa o rio da cidade	83
Figura 25 - Igreja Matriz de Boa Vista.	86
Figura 26 - O núcleo embrionário pré-existente, incorporado ao tecido urbano atual	93
Figura 27 - O descaso inicial, o muro abandonado coberto de mato	94
Figura 28 - A sede da intendência, 1925, após a demolição	95
Figura 29 - Foto preto e branco mostra a sede original da fazenda Boa Vista e foto colorida do restaurante Meu Cantinho	96
Figura 30 - As primeiras casas nas margens do rio Branco, tendo ao fundo a intendência	97
Figura 31 - Porto de Boa Vista	98
Figura 32 - A paisagem ausente ficou registrada na memória	98
Figura 33 - A demolição de cada prédio aqui	100
Figura 34 - A Freguesia de Nossa Senhora do Carmo em 1890	101

## **LISTA DE SIGLAS**

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SHU - Sítio Histórico Urbano

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>OBJETIVO</b>	17
<b>JUSTIFICATIVA</b>	18
<b>HIPÓTESE</b>	19
<b>METODOLOGIA</b>	20
<b>PROPOSTA ESTRUTURAL DA TESE</b>	24
<b>CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	27
1.1 A PAISAGEM NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA	28
1.2 A PERCEPÇÃO NA VISÃO DOS AUTORES	31
1.3 O GEOHISTÓRICO	33
<b>CAPÍTULO II - OS PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DO VALE DO RIO BRANCO</b>	36
2.1. O FORTE DE SÃO JOAQUIM E OS ALDEAMENTOS	37
2.2 A INSTALAÇÃO DAS FAZENDAS, FREGUESIA E VILA	45
2.3 A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO EM 1943	51
<b>CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO DO LUGAR BOA VISTA DO RIO BRANCO</b>	55
<b>CAPÍTULO IV - O SÍTIO HISTÓRICO URBANO E A PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE BOAVISTENSE</b>	66
<b>CAPÍTULO V - A METAMORFOSE DA PAISAGEM</b>	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	102
<b>REFERÊNCIAS</b>	107

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, especialmente entre os anos de 2000 e 2010, o Sítio Histórico Urbano (SHU) de Boa Vista - Roraima passou por amplas transformações devido a intervenções realizadas pelo poder público municipal.

O recorte espacial da área de estudo é delimitado a partir da margem direita do Rio Branco, onde situa o sitio Histórico Urbano, formado por três ruas paralelas: Floriano Peixoto; Bento Brasil e Sebastião Diniz, e três perpendiculares: Barreto Leite; Inácio Lopes de Magalhães; e Jaime Brasil, todas localizadas na área central da cidade, por ser a que mais concentra bem tombado e de potencial valor patrimonial. Espaço de características singular e representativo faz parte da história do boavistense, da memória, da cultura da identidade do lugar.

Esse espaço de representação de nosso estudo, que é o sitio histórico urbano de Boa Vista, é um espaço vivo, loco da ação da sociedade. Essa área vive um conflito entre a sociedade civil, igreja e poder público municipal pela ação de intervenção urbana na área, o que está comprometendo o histórico do lugar e descaracterizando importantes referências históricas.

Nesse recorte, fazemos um leitura de Boa Vista como um cidade historica do norte do Brasil com sua formas; a aparência original dos prédios; o traçado das ruas; a conservação da área e do patrimônio histórico e cultural, para reconstituir a memória da paisagem ausente que ficou registrado na mente dos moradores mais antigos e nativos.

Inicialmente, definimos que o estudo de um sítio urbano é de fundamental importância para o entendimento da formação socioespacial de um lugar e para as formas de uso do solo urbano. A fisionomia do urbano, isto é, a sua forma ou traçado, decorre das características do sítio, pois esse é o local onde a cidade nasce e se desenvolve, é o "assoalho" da mancha urbana ou do tecido urbano.

Alguns núcleos embrionários podem ter suas origens e implantação ligadas a várias causas: a fortificações; aldeamentos indígenas; núcleo de colonização; atividades extrativistas; militares; culturais entre outras, estando o seu sítio condicionado ao fenômeno determinante para a sua gênese.

Para Reis Filho (1968), o sítio urbano vem ser o local sobre o qual está assentada uma aglomeração urbana. Beaujeu-Garnier lembra (1997), que o sítio, frequentemente, não tem mais do que um valor histórico. Mas ressalta que o desenvolvimento da cidade faz-se a partir dele; a cidade envolve-o, transforma-o e, por vezes, abandona-o.

No que se refere ao sítio histórico urbano (SHU), o foco da pesquisa, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (1995) define na carta de Petrópolis de 1987<sup>1</sup>, em seu artigo 1º, como o espaço que concentra testemunho do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Portanto, deve ser entendido em seu sentido operacional de área crítica e não por oposição a espaços não históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo histórico.

O sítio histórico urbano é também parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens naturais e construídas, assim como vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação.

Quanto ao sítio histórico de Boa Vista, inicialmente destacamos que a área que é definida como de gênese espontânea<sup>2</sup>, conforme SILVA (2009)

---

<sup>1</sup> Publicado no caderno de documentos n.º 3 "Cartas Patrimoniais" do Ministério da Cultura-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, Brasília, 1995.

<sup>2</sup> SILVA (2009) propõe que a gênese de Boa Vista seja pensada como espontânea e induzida, se referindo a gênese espontânea o surgimento do lugar que estamos enfocando, a partir da fazenda Boa Vista do Rio Branco instalada em 1830, da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo em 1858 entre outros determinantes e a gênese induzida a partir do plano radial concêntrico instalado em 1944, quando da criação do Território Federal.

é o sítio histórico urbano (SHU), quando observamos as conseqüências das ações de intervenção do poder público e a ausência de políticas capazes de protegerem esse patrimônio arquitetônico e histórico.

A área de estudo situa-se em Boa Vista, capital do Estado de Roraima<sup>3</sup>, que concentra aproximadamente, uma população de 277.754 habitantes, isto é 70% da população do estado, composta por indígenas de diferentes etnias, migrantes originários de outros estados brasileiros e de outras nacionalidades (IBGE, 2010). Comungando com (SILVA 2007), observamos que,

A capital brasileira mais próxima de Boa Vista é Manaus, a 750 Km de distância, e outras cidades, com as quais Boa Vista mantém relação mais direta, devido à possibilidade de ligação rodoviária e proximidade, São: Caracas, na Venezuela, a 1.582 Km de distância e Georgetown, na Guiana, a 641 Km, além de outras cidades desses dois países citados, tais como Santa Elena de Uairén, a 230 Km de distância, e Lethen, a 130 Km, respectivamente, localizadas na Venezuela e Guiana, (SILVA, 2007, p.23).

Boa Vista foi o primeiro povoado<sup>4</sup> caracteristicamente urbano de Roraima, como também, foi considerado um marco urbano na fronteira setentrional amazônica.

Falar hoje do arruamento histórico formado ainda no século XIX e início do século XX é como recuar ao tempo, e reviver o berço do surgimento da cidade, localizada entre ruas e avenidas vista na imagem de satélite abaixo.

---

<sup>3</sup> Criado pela Constituição Federal de 1988, o estado de Roraima situa-se no extremo Norte do país; é um dos nove Estados brasileiros da Amazônia Legal, possuindo fronteiras internacionais com a Venezuela, (ao Norte e ao Oeste), e com a República Cooperativista da Guiana (a leste), além de divisas nacionais com o Estado do Pará (a Sudeste) e Amazonas, (ao Sul e ao Oeste). Apresenta uma área territorial: 5.711,9 km<sup>2</sup>; e uma população: de aproximadamente 412 mil habitantes; clima tropical úmido e temperatura média anual: 27,4°C. Roraima possui atualmente, 15 municípios, e sua economia é voltada ao comércio e à prestação de serviços.

<sup>4</sup> Becker (1978, p.111), diz que: "Povoados são núcleos populacionais especialmente compactos com nomes reconhecidos localmente, que possuem caráter rural-urbano. São a residência de trabalhadores rurais ou pequenos agricultores e pequenos centros de mercados. Não possuem assim a variedade de funções, a complexidade social e o Status legal, critério necessário à sua classificação como centros urbanos (...)". Para Azevedo (1956), povoado e povoação é mais elementar das formas de aglomeração urbanas.

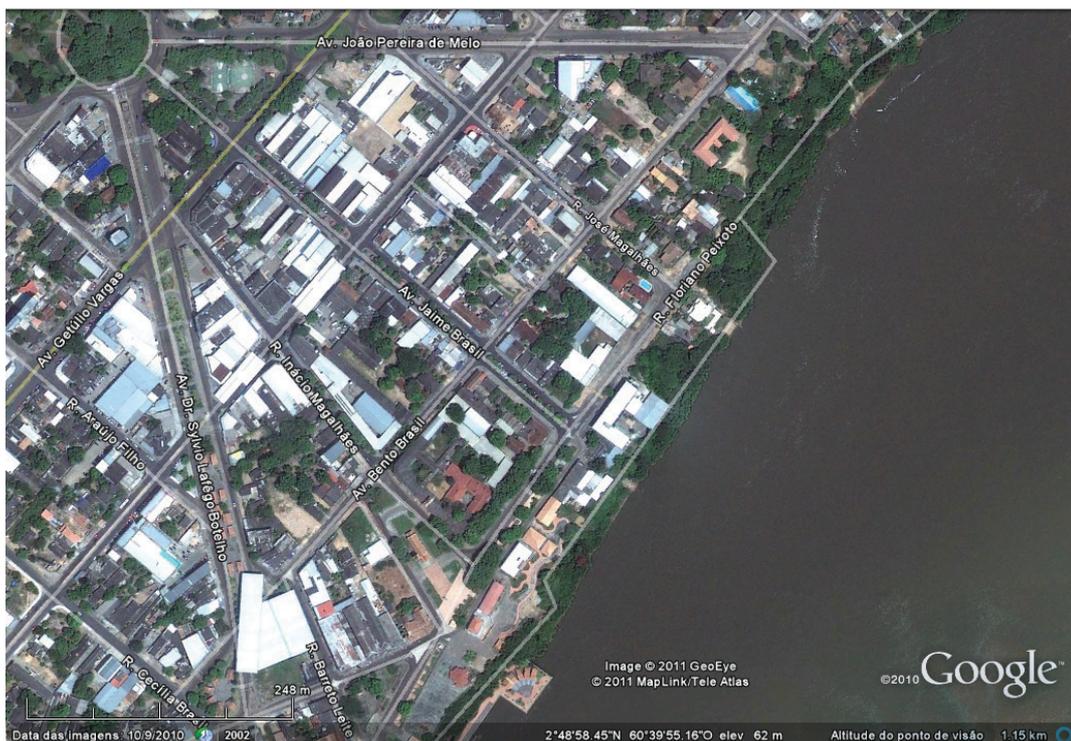


Fig. 01. Foto aérea mostra o limite do sítio histórico urbano.

Essa área é conhecida como “berço histórico”; e “núcleo embrionário”, nela encontram-se: a sede da Fazenda Boa Vista que originou à cidade, ao lado da primeira Igreja construída na bacia do Rio Branco ; os casarões e a Praça Barreto Leite.

Partimos do entendimento de que tanto a sociedade quanto o poder público, não perceberam a importância do patrimônio histórico, cultural e natural do lugar. Acreditamos que o processo de revitalização pode incorporar a valoração do espaço urbano e o patrimônio arquitetônico, simbólico herdado da formação inicial do núcleo embrionário existente.

## **OBJETIVO**

Como objetivo geral essa tese pretende pontuar circunstâncias e conseqüências das ações de intervenção do poder público municipal, nas gestões entre os anos de 2000 e 2010, sobre o sítio histórico urbano de Boa Vista.

As ações de intervenções serão verificadas e percebidas por meio de fotografias antigas e atuais, em que vai identificar as mudanças e as transformações da paisagem urbana deste sítio histórico e visualizar através das entrevistas o olhar da sociedade local, a respeito dessas alterações promovidas pelo poder público municipal.

## **JUSTIFICATIVA**

Inicialmente destacamos que esse estudo justifica-se pela importância de incitar novos debates e reflexões sobre a temática em tela, contribuindo assim, para o entendimento do passado e do presente, da estrutura urbana do sítio histórico de Boa Vista, utilizando imagens desse lugar.

Sendo assim, a carência de investigação e a urgência de um entendimento acerca desse assunto, que trata da proteção do sítio urbano histórico de Boa Vista, fornecerá subsídios para futuras políticas públicas, que são essenciais para proteger a área enfocada, trazendo benefícios para a sociedade.

Ressaltamos que essa pesquisa possibilitará reunir um acervo documental geo-histórico de: mapas, croquis, fotografia de época e atuais, que retratem cenas da paisagem do sítio histórico urbano, fornecendo a outros estudos, informações que pretendam desvendar as ações de intervenção.

## **HIPÓTESE**

Partimos do princípio de que essas intervenções das gestões municipais que alteraram a paisagem foram realizadas sem um planejamento prévio, desrespeitando a importância do patrimônio histórico existente.

Acreditamos, por fim, que um processo de revitalização responsável deve incorporar e valorizar ao espaço urbano o seu patrimônio arquitetônico herdado com todo seu valor simbólico.

Destacamos que os fatores que levaram o poder público municipal a demolir ou construir edificações e mesmo refuncionalizar algumas, redundou num processo de alteração da paisagem, de alteração de roteiros de ruas, de proporcionar novas ocupações, reconstrução de fachadas e o próprio abandono de algumas áreas.

## METODOLOGIA

A metodologia usada foi uma adaptação de bibliografia específica sobre as experiências de vários autores, analisando-se o uso da fotografia como instrumento de pesquisa no trabalho de campo. Reflexão sobre a relevância da fotografia como fundamento da recuperação da memória urbana, produção de conhecimento e técnica de documentação de trabalho de campo na pesquisa geográfica.

Um acervo fotográfico contendo 32 pares de imagens foi sendo reunido. Esse acervo foi organizado de acordo com a ordem cronológica que mostram cenas da formação do lugar e cenas atuais revelando as transformações da paisagem do sítio histórico urbano de Boa Vista.

As fotos, já organizadas em grupo (cenas antigas e atuais), foram mostradas a quatro entrevistados, sendo anotadas as observações realizadas. A idéia era que essas pessoas, ao olhá-las, rememorassem fatos.

As entrevistas foram aplicadas a representante de alguns segmentos sociais, relacionados à problemática em estudo, com o intuito de rememorar situações emergindo de imagens que traçavam relações do passado com o presente, servindo para uma espécie de arqueologia dos espaços outrora existentes e para a história do lugar como uma forma de narrativas visual na qual se lançou mão de interpretações para o desvelamento dos significados dados as mudanças e transformações da paisagem pela população local.

Dessa forma, iniciamos a pesquisa realizando o levantamento bibliográfico, com a finalidade de fundamentar teoricamente a compreensão do objeto. Desenvolvemos a leitura de publicações que tratam do tema central em estudo, para tanto, analisamos obras basilares, bem como obras informativas dos dados secundários e, ainda, obras relativas ao espaço em foco. Pesquisamos dados referentes aos aspectos físicos, demográficos,

sociais, culturais, históricos, econômicos e de infra-estrutura.

A pesquisa bibliográfica orientou-se de forma a recuperar o conhecimento já elaborado e publicado sobre a realidade local. Além disso, subsidiou a formação de conceitos básicos a serem operacionalizados no decorrer do trabalho e fornecerão dados secundários, processados em várias etapas da pesquisa.

Realizamos consultas a órgãos públicos e privados com o objetivo de coletar informações, documentos e plantas, mapas, cartas, imagens, etc., que contribuíram para a análise do crescimento da cidade, com periodização no tempo e no espaço.

Essa etapa desenvolveu-se pela análise de documentos cartográficos (mapas, cartas, imagens e fotografias aéreas), de estatísticas oficiais, especialmente os Censos Demográficos, a fim de relacionar esses dados com os que foram obtidos da pesquisa bibliográfica.

Com base em dados cartográficos e observações coletadas em campo, confeccionamos plantas do sítio histórico urbano de Boa Vista, identificando suas características geográficas quanto ao uso e ocupação do seu território.

Para demonstrar essas transformações, fez-se estudo comparado de fotografias dos séculos XIX, XX e XXI, quando se refletiu sobre a formação do sítio histórico urbano e sobre as ações de intervenção que resultaram nas mudanças da paisagem.

Destacamos que a fotografia tem uma grande vantagem quando comparada a outras linguagens como o teatro, o vídeo, o filme ou a música, qual seja a facilidade de obtenção, manuseio e transporte. Presente em livros didáticos, jornais, revistas, acervo fotográfico e mesmo nos álbuns, as mesmas podem ser entendidas como uma fonte infinita de dados, fatos e informações geográficas.

Nessa pesquisa, algumas fotografias antigas estão em preto e branco,

estando algumas datadas, porém sem autoria, proporcionando a existência de lacuna<sup>5</sup>. Outras fotografias, em preto e branco, possuem a autoria dos fotógrafos Stevee<sup>6</sup> e G. Huebner<sup>7</sup>. As fotografias coloridas e digitais pertencem a fotógrafos da assessoria de imprensa da prefeitura de Boa Vista.

Acrescentamos que outras, identificadas nos acervos de memória pertencem à Casa de Cultura do Estado de Roraima, Coordenação de Patrimônio Histórico; a Prelazia; a famílias locais e a produção fotográfica da pesquisadora.

Observamos essas imagens para desvendar a magia do visível e do não-visível da paisagem em transformação, para em seguida comparar o passado com o presente, pois como coloca Bandeira (2008, p. 2), "as imagens representam fragmentos de momentos históricos, culturais, políticos e sociais que se refletem a todo instante de fotografia a fotografia".

Outros dados foram adquiridos nos arquivos da superintendência de turismo da prefeitura de Boa vista, no setor de Patrimônio Histórico e da Assessoria de Imprensa da Prefeitura e da Casa de Cultura do Estado de Roraima.

Esse estudo toma como base um registro fotográfico datado de 1904, do fotógrafo, George Huebener que revela a primeira imagem da Vila de Boa Vista do Rio Branco, onde percebemos as primeiras edificações do lugar.

Sendo assim, tornar essa imagem um documento visual é ampliar a

---

<sup>5</sup> Essa lacuna da autoria de algumas fotografias deve-se a falta de um acervo específico, de armazenagem destas imagens, tratamento e a falta de uma política de preservação deste Patrimônio Cultural. Sabemos que não havia essa preocupação em cuidar e guardar a memória local. Informação obtida pela pesquisadora foi que a gestão de alguns prefeitos não teve compromisso com o patrimônio público, chegando a queimar os arquivos dificultando as pesquisas.

<sup>6</sup> Esse fotógrafo pertencia a expedição de Hamilton Rice, que veio registrar e descrever o lugar, durante viagem de estudo ocorrida , em 1924,quando ainda era Vila sede do Município Boa Vista do Rio Branco.

<sup>7</sup> Fez parte da comitiva do Governador do Amazonas Antonio Constantino Nery.

noção e revelar outros significados nela contida. Sendo possível do ponto de vista do estudo geo-histórico pensar as imagens fotográficas como testemunhos do processo pelo qual alguns aspectos do lugar desapareceram, enquanto outros vão surgindo.

Nessa busca, percebemos que a contribuição da pesquisa ancora-se no emprego da fotografia como linguagem, aplicada ao estudo geográfico, pois, encontramos na linguagem fotográfica uma nova maneira de ver, de perceber o lugar, o sítio, a vila e a cidade. A linguagem da fotografia é a linguagem do ver e do visto. O que, afinal, um fotógrafo expressa é o seu modo de ver o mundo e podemos ver com mais ou menos sensibilidade, originalidade e espontaneidade.

Usar as fotografias antigas e atuais como documento de análise, que demonstrem cenas do lugar é, o que difere essa pesquisa da geografia e da historiografia regional, que em seus estudos, tem utilizado as imagens iconográficas apenas como elemento ilustrativo para corroborar ou complementar o texto escrito. Mas, no momento em que a fotografia passa a ser objeto de análise de pesquisa, estabelece-se uma nova relação, na qual a fotografia é inserida em outro espaço-tempo.

## **PROPOSTA ESTRUTURAL DA TESE**

Esta tese foi organizada em cinco capítulos, além de uma Introdução e das Considerações Finais. A Fundamentação Teórica compõe o capítulo 1. Nesse estudo considerou os conceitos de paisagem, percepção, geografia cultural e fotografia. Para isso, destacaram-se os estudos desenvolvidos por Bertrand (2007); Santos (2008); Claval (2001, 2010); Holzer (1999); Tuan (1983); Scarlato (1982, 2005), entre outros. Para explicar alguns fatos estudados pela Geografia, foi necessário tecer considerações sobre percepção, salientando a compreensão cognitiva e afetiva do lugar.

Um aspecto importante a ser destacado nesta pesquisa é que o grupo envolvido com a entrevista é formado por pessoas que demonstram percepções, atitudes e respostas diferentes à alteração da paisagem urbana no Sítio Histórico Urbano de Boa Vista.

O capítulo II parte para um diagnóstico sobre os primórdios da ocupação do Vale do Rio Branco no período compreendido entre 1775 a 1890, atendo-se às suas características gerais e culturais.

Nesse capítulo destaca-se ainda o início da ocupação do Vale do Rio Branco, onde a formação inicial do núcleo embrionário de Boa Vista tem de forma direta e indireta os seus processos determinantes.

O capítulo III trata da formação do lugar Boa Vista do Rio Branco no período de 1890 a 1943. Esse período compreende a emancipação política de Boa Vista como um município do Amazonas e o momento de criação do Território Federal do Rio Branco

O capítulo IV refere-se às Percepções dos moradores mais antigos e também envolvidos diretamente com a estrutura urbana do lugar. Vale destacar que os entrevistados são moradores mais antigos do lugar, e administradores municipais entre outros.

A metamorfose da paisagem compõe o capítulo V. Neste capítulo destacam-se as mutações e transformações na cidade de Boa Vista ao longo do século XX. Este apresenta-se sob a forma de fotografias onde retrata o antes e depois na perspectiva da Geografia.

Introduzimos no capítulo a seguir um aporte teórico-metodológico para a compreensão do processo de transformação da paisagem, pautado na geografia cultural de Carl Sauer e Paul Claval, bem como Milton Santos, Bertrand e Tuan, nos quais se propõe o estudo das paisagens culturais e da percepção.

# **CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

## **CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo foi feita uma breve revisão por autores da geografia cultural da fotografia e da percepção como: Carl Sauer e Paul Claval, bem como Milton Santos, Bertrand, Tuan e Kossoy nos quais se propõe ao estudo da paisagem cultural; percepção e da fotografia como memória. As suas teorias ou obras dos autores contribuirão para despertar a atenção dos estudos da paisagem.

A geografia cultural moderna, ao fazer o homem centro de sua análise, foi obrigada a desenvolver novas abordagens. Ela se constitui em torno de três eixos que são igualmente necessários e complementares. No primeiro eixo, a geografia cultural parte das sensações e das percepções; no segundo, ela parte da cultura que é estudada pela ótica da comunicação, compreendida como uma criação coletiva e; por último, a cultura é apreendida na perspectiva das dimensões simbólicas, representativa e individual.

Em Holzer (1999), baseado em Yi-Fu Tuan (1983), há uma nova definição sobre a geografia cultural, a partir da ordenação de dois ângulos diversos de visões: a vertical, objetiva, que tem a paisagem como domínio que viabiliza a vida humana; e a lateral, subjetiva, que considera a paisagem enquanto espaço de ação ou de contemplação.

A inserção de um novo conceito de cultura por Sauer (1998) garantiu um significativo aumento de estudos das paisagens culturais. Após longo período de reformulação, a prática descritiva da paisagem foi substituída, devendo ser interpretativa. Nas últimas décadas, a geografia vem associando a cultura à paisagem. Alguns geógrafos alemães fizeram uso da cultura como explicativa de fenômenos culturais e chave para a análise de algumas questões essencialmente geográficas.

Nesse contexto, o entendimento das mudanças e transformação

da paisagem no sítio histórico urbano de Boa Vista, se faz a partir da fenomenologia da percepção e das fotografias. Para Aranha (2008) a percepção fenomenológica revela-se numa movimentação do conhecimento, na qual correlações de fenômenos, compreendidos e apreendidos no mundo que cifram sentidos.

A autora acrescenta que o sentido de um gesto é um fenômeno desvelado pelo ser que se dirige às inter-relações dos diversos movimentos do corpo. É no intervalo das possibilidades do mundo, nas suas correlações que o fenômeno surge.

Aristóteles (385-322 a.C) diz que o homem percebe os "sensíveis" pelos "sentidos". A percepção sensível ou sensação é modo de contato e de conhecimento da realidade por meio dos cinco sentidos: Visão, audição, olfato, paladar e tato.

TUAN (1980, p.6) focaliza que:

[...] Duas pessoas não vêem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente [...] todos os seres humanos compartilham percepções comuns, um mundo comum, em virtude de possuírem órgãos similares. [...] A experiência é uma variável que influencia a percepção.

Claval (2010) esclarece que os homens não agem em função do real, mas em razão da imagem que fazem dele, e aproximar-se da geografia cultural é, captar a idéia que temos do ambiente próximo, do país e do mundo.

## 1.1 A PAISAGEM NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

O conceito de paisagem é essencialmente polissêmico e dinâmico, já que ao longo da história do pensamento geográfico, teve múltiplas interpretações.

A noção de paisagem na geografia nasceu sobre a observação de áreas visualmente homogêneas como afirma RISSO (2008, p.68).

Claval (2004, p.13), diz que o conceito de paisagem surgiu no século XV, nos Países Baixos, cujo termo denomina-se *landskipi*. O termo aplica-se aos quadros que apresentam um pedaço da natureza, tal como a percebemos a partir de um enquadramento – uma janela, por exemplo. Os personagens têm aí um papel apenas secundário. A moldura que circunda o quadro substitui, na representação, a janela através da qual se efetuava a observação.

Cosgrove (1984), se propôs a estudar a paisagem, delimitando-a enquanto um conceito cultural ocidental, surgido com o renascimento à paisagem se debateria entre dois pontos de vistas: o do trabalho humano tornado visível e o da representação do mundo enquanto fonte de apreciação estética.

Holzer (1999) parte da hipótese de que a paisagem é um modo europeu de ver o mundo, por meio do qual eles representariam a si mesmos e aos outros. A paisagem seria um modo de ver o mundo, onde se confrontariam o olhar do nativo e o olhar do estrangeiro.

Santos (2008, p.67), conceitua a paisagem como “Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca”. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.

Outro conceito de Santos (2002, p.103), diz que “a paisagem é um conjunto de forma que, num dado momento exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. “Isso significa que a paisagem vai além de um instante, ela é a representação de uma história que, mesmo tomada como estática, engendra novo dinamismo, estabelecendo relações que permitem a realização das funções sociais no espaço”.

Collot (1986), inspirado na fenomenologia se propunha a analisar a paisagem enquanto um aspecto visível e perceptível do espaço. Outro geógrafo preocupado com o espaço vivido vem a ser Augustin Berque, diz Holter (1985, p.100), que desenvolveu uma hipótese de que a paisagem é um terceiro termo mediador entre o homem e o meio.

Do ponto de vista da geografia cultural, que procura, ao contrário, definir essa relação e explicar o que produziu a paisagem enquanto objeto, Berque (1984, p.33), comenta que:

É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política e por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética, essa moral e essa política.

Isto posto, devemos lembrar que nossa visão depende da localização em que se está. A paisagem toma escalas diferentes e assoma diversamente aos nossos olhos, pois a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção. Ela é sempre um processo seletivo de apreensão.

Bertrand (1972), afirma que para muitos geógrafos, Humboldt foi o pioneiro ao fazer alusão às paisagens naturais com expressão de áreas homogêneas. Seguindo um método comparativo, este estudioso valoriza a fisionomia das regiões, fato que poderia ser reflexos de seus conhecimentos da metodologia de anatomia comparada e de princípios morfológicos que fundamentaram as taxonomias setecentistas.

Nessa conjuntura, o conceito de paisagem torna-se essencial, dentro da linha fenomenológica, proporcionando observar que a paisagem contém os valores culturais e sentimentos da sociedade em relação à natureza. Permite o entendimento da transtemporalidade, ou seja, vários tempos convivendo juntos, quando analisam-se as novas funcionalidades instaladas no local.

Monbeig, em Salgueiro (2006, p.96), observa a paisagem como

sendo um espelho de uma civilização, sendo não só produto da história, mas também reproduz a história, a concepção que o homem tem e teve do morar, do habitar, enfim do viver.

Lefebvre (2001) conta que, a paisagem reproduz numa determinada ocasião, vários momentos passados que, na articulação com o novo, reproduzem uma paisagem peculiar na qual a história tem um peso importante.

Sanderville Júnior (2004), contribui com o estudo da paisagem fornecendo subsídios para elaboração de um roteiro de estudo da paisagem intraurbana. Acrescenta que as paisagens existem em uma constante tensão entre os objetos geográficos enquanto fatos materiais e as representações que, a partir da percepção e da experiência deles, construímos. "Assim, o melhor modo de começar o estudo de uma paisagem, a meu ver, não está no esforço quantitativo ou descritivo de seus elementos e arranjos e sim no reconhecimento, a exemplo do que foi dito nos primeiros parágrafos, que a traz para o universo da cultura e concebe seu sentido dependente de experiências partilhadas"

## 1.2 A PERCEPÇÃO NA VISÃO DOS AUTORES

O estudo da percepção geográfica tem sido empregado por estudiosos como uma estratégia para conscientizar a população frente aos inúmeros riscos naturais e, também, na tomada de decisão dos governos que buscam solução para os vários problemas relacionados a esses riscos.

Para Machado (1979), o estudo da percepção de paisagens e de lugares tem assumido cada vez mais papel de destaque, uma vez que expressa a preferência, o gosto e as ligações afetivas dos seres humanos e de suas comunidades para com os lugares, as paisagens e com o próprio meio ambiente.

A percepção, para Tuan (1983), significa uma resposta aos estímulos

externos e a atividade proposital tem valor para a sobrevivência biológica e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura.

Já Forgas (1971), percepção é o processo pelo qual um organismo recebe ou extrai certas informações onde a aprendizagem e o pensamento são subconjuntos subordinados ao processo perceptivo.

Oliveira (1983), comenta que percepção é o conhecimento que adquirimos através do contato atual, direto e imediato com os objetos e com seus movimentos, dentro do campo sensorial.

“Percebemos o aqui e o agora. Porém, é a inteligência que nos permite prescindir do aqui e do agora, pois ela é a forma de equilíbrio para a qual tendem todas as estruturas mentais. possuindo um caráter adaptativo, assimilando a realidade e acomodando-se à realidade” (OLIVEIRA, 1983, p.02).

A autora afirma que a percepção do ambiente se faz em várias escalas, desde a planetária até a pessoal, incluindo a continental, a regional e a local, preocupando-se com os processos pelos quais as pessoas atribuem significados ao seu ambiente, apresentando-se como uma interface entre o indivíduo/grupo, as decisões políticas e o ambiente.

Conforme Oliveira (1983, p.03):

“o que se estuda é o comportamento do indivíduo diante do ambiente, a resposta que a pessoa dá ao ambiente, quer em grupo ou individualmente. Procura-se saber a ação e a reação do indivíduo quando se defronta com o ambiente ou quando ocorrem mudanças súbitas, transformações, enchentes, terremotos e devastações”.

Argumenta, os mecanismos perceptivos e cognitivos para conhecer o ambiente são próprios da espécie humana, a imagem mental que as pessoas constroem desse mesmo ambiente segue determinados padrões. Portanto, assim como variam as percepções e as imagens mentais a respeito da qualidade ambiental, também variam as atitudes diante dos valores atribuídos ao ambiente. As respostas ao ambiente variam, então, de acordo com as

escalas de percepção e de valor.

O problema que se coloca, portanto, é o de determinar se a noção de espaço deriva ou não da percepção correspondente, ou, dito com outras palavras: o que a noção retira ou acrescenta à percepção? Na verdade, esta indagação engloba três questões: a) as informações que a noção extrai da percepção; b) os elementos novos, coordenações ou novas propriedades, que a noção acrescenta à percepção; e c) as eventuais correções que a noção introduz no que obstacula a percepção.

De acordo com Hochberg (1982), a percepção é um dos mais antigos temas de especulação e pesquisa no estudo do homem, com uma história correspondentemente longa de teoria e de fatos. Ele salienta que se estuda percepção para explicar nossas observações do mundo que nos rodeia.

Para Merleau-Ponty (1996), a percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de decisão deliberada; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles. Buscar a essência da percepção é declarar que a percepção é não presumida verdadeira, mas definida por nós com acesso à verdade.

Neste sentido, a abordagem perceptiva vem sendo adotada em várias partes do mundo: no planejamento, no manejo integrado do meio ambiente e, além disso, é importante para entender melhor a conduta do homem no espaço geográfico, esclarecendo, assim, sua relação com o ambiente.

### 1.3 O GEOHISTORICO

Há inúmeras possibilidades de tratar o sítio histórico urbano, nas quais evidencia uma compreensão interdisciplinar entre geografia, história e comunicação, conforme Salgueiro (2006, p.160).

Para Morin (1986, p. 21), a geografia depende de outras disciplinas e sempre esteve unida à história que, por sua vez, é polidisciplinar e multidimensional. Isto não significa que, a geografia seja assimilada pela história, mas utiliza-se do método histórico.

Em conformidade com Lefébvre (1978, p.71), o método histórico-genético parte da descrição seguida da análise regressiva da realidade permitindo chegar a um terceiro momento (histórico-genético), quando se “regressa ao atual precedentemente descrito para reencontrar o presente, mas elucidado e compreendido”.

Para Scarlato (1982), não devemos colocar-nos no passado, mas trazê-lo como referência para percebermos o que mudou no tempo e no espaço. Assim, a realidade torna-se viva e dinâmica para o pesquisador; a história torna-se processo dentro do qual poderemos nos situar.

Nenhuma outra região da Amazônia foi tão visitada por expedições dirigidas por aventureiros, cientistas, pesquisadores e militares estrangeiros, como foi o Vale do Rio Branco. No capítulo abaixo descreveu-se o processo histórico de ocupação.

## **CAPÍTULO II - OS PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DO VALE DO RIO BRANCO**

## CAPÍTULO II - OS PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DO VALE DO RIO BRANCO

Esse capítulo aponta uma remontagem de fatos importantes que marcaram o período colonial na região amazônica, mais especificamente, no Vale do Rio Branco, hoje atual Estado de Roraima.

O processo histórico de ocupação e colonização de Roraima iniciou-se no nordeste do estado, onde predomina vegetação do tipo cerrado, com a instalação do Forte de São Joaquim, dos aldeamentos indígenas das fazendas nacionais, no século XVIII, e, posteriormente das fazendas privadas a partir do século XIX. Nessa área ocorreu a primeira atividade econômica que foi a pecuária.

A disputa territorial entre colonizadores portugueses, espanhóis, holandeses e ingleses, somado à fértil imaginação de acreditar que nestas terras se encontrava o lendário "Lago Parima" ou "Eldorado", com suas riquezas, tornou a área um destino procurado. Barbosa & Ferreira (1997) ressaltam que esses acontecimentos proporcionaram o tráfego de expedições de caráter econômico e o reconhecimento de toda essa região, além de fornecer pistas sobre as ações políticas de ocupação adotada para o Vale do Rio Branco<sup>8</sup>.

A presença espanhola na bacia do Rio Branco iniciou-se entre os anos de 1771 e 1773, como relatam Vanthuy Neto (2000) e Brasil (2008). Os espanhóis, após transporem as cordilheiras de Pacaraima, estabeleceram dois aldeamentos no médio Uraricoera, denominando-os de San Juan Bautista de Caya-Caya e Santa Rosa, onde se aquartelaram. A intenção dos mesmos era anexar estas terras ao seu domínio. Porém, em 1775,

---

<sup>8</sup> O vale do Rio Branco corresponde ao atual território do estado de Roraima.

estes foram obrigados a retornar ao Rio Orinoco, não apresentando grandes resistências. Da mesma forma, os holandeses transitavam livremente entre os índios da região do Rupununi e Pirara, considerado Território da Coroa Portuguesa.

## 2.1. O FORTE DE SÃO JOAQUIM E OS ALDEAMENTOS

A partir desses acontecimentos, a reação do Governo da capitania do Rio Negro tratou de apressar a construção do Forte São Joaquim do Rio Branco e reativar a política de aldeamentos que tivera início em 1725.

Administrada inicialmente pelos Carmelitas, conforme Vanthuy Neto (2000, 22), essa fortaleza já era um projeto antigo, visando defender os domínios portugueses nessa área. De fato, o forte só começou a ser erguido no ano de 1775, determinado pela Carta Régia de 1762, e concluído em 1778.

O Forte São Joaquim, localizado em ponto estratégico, erguido na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, onde, a partir da junção dos dois, surge o Rio Branco<sup>9</sup>, conforme Luckmann (1989), obtendo um papel de grande importância na ocupação da região do Alto Rio Branco<sup>10</sup>, conhecida

---

<sup>9</sup> O Rio Branco, o maior rio de Roraima é também o maior tributário do Rio Negro. O Rio Branco representa uma fotografia instantânea do passado geológico cujos sedimentos são lembranças fluviais da história antiga que alcança tempos distantes, quando África e América do Sul ainda eram unidas Ferreira& Efreim et alli (2007.p.7). Barros (1995) descreve o Rio Branco como sendo a única via de acesso e o grande responsável pelo desenvolvimento econômico da região.

<sup>10</sup> Medindo aproximadamente 172 Km, de curso a partir da secção encachoeirada até a confluência dos rios Tacutú e Uraricoera, atravessa na chapada riobranquense duas zonas bem distintas: uma coberta de mata tropical e a outra coberta de campo natural. As suas margens são, ora, terras firmes, ora aluvionarias com as mesmas características de estrutura e textura notados para o baixo rio, com excepção da cor do solo nas áreas de campo natural, onde é pardo escura.

como Região dos Campos Gerais que inicia a sua história com a construção do Forte de São Joaquim, que juntamente com as demais fortificações edificadas a oeste da linha de Tordesilhas, serviu para balizar a nova fronteira portuguesa estabelecida por esse tratado.

A função do forte era de impedir possíveis invasões como ressaltam Santili (1994) e Farage (1991). Observamos em VIEIRA (2003), que:

Em virtude da presença e da constante ameaça estrangeira, Portugal decidiu estabelecer uma base militar na região, construindo um forte, como já havia feito em quase todo litoral da colônia. Além do projeto de fortificação, a metrópole também resolveu investir nos aldeamentos indígenas, como uma política estratégica de ocupação da região do Rio Branco (VIEIRA, 2003, p.20)

A instalação do Forte São Joaquim, conforme figura 02, foi determinante na conquista da região do Rio Branco pelos portugueses. Foi construído com a finalidade principal de proporcionar aos portugueses, a soberania total sobre as terras do Vale do Rio Branco, que despertava uma cobiça internacional. Os colonizadores lusitanos, após assumirem a soberania e o controle total da região, também estabeleceram aldeamentos indígenas.

Comenta Santos (2010, p.119), que, a figura 02 é a planta do Forte de São Joaquim. Um paralelogramo onde um dos seus lados maiores dava a frente para o Rio Branco, exatamente no ponto de confluência do Rio Branco com os rios Tacutu e Uraricoera. No centro, um curto reentrante retangular (planta baixa), onde se podia operar apenas uma única peça de artilharia. Cada um dos lados menores fazia uma cortina em cujas extremidades havia dois meio baluartes.

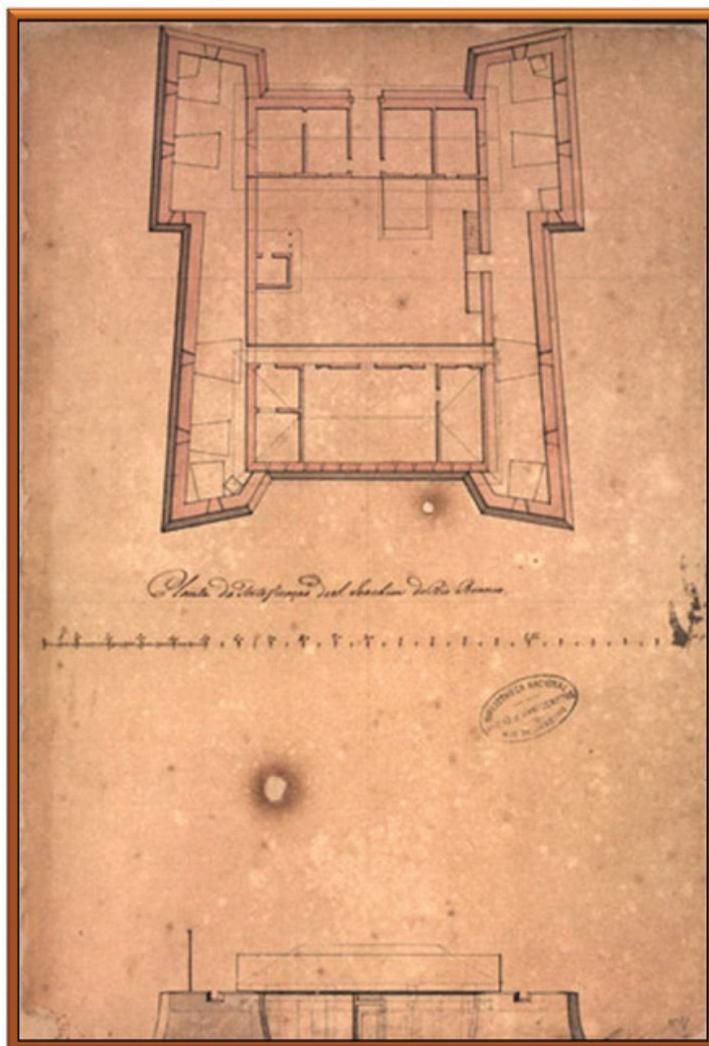


Fig.02: Planta da fortificação de São Joaquim do Rio Branco - Alçado da frente da fortaleza 1780.  
 Fonte: Maurício Zouein (2011). Aquarela de Joaquim José Codina.

A instalação da base militar foi apenas parte de um plano que previa a formação e/ou consolidação de núcleos constituídos por nativos. Essa estratégia do governo português foi de estabelecer uma estrutura de ocupação permanente na Amazônia face aos conflitos com os espanhóis, ingleses e holandeses.

Inicialmente, os portugueses utilizaram as missões religiosas e, em seguida, estabelecimentos governamentais como: fortes, aldeias, fazendas entre outros utilizando os índios e fazendo-os passar a produzir para o mercado interno e externo.

O levantamento do forte, na opinião de Braga (2002), proporcionou o início da ocupação efetiva da região mediante o aldeamento dos indígenas ao redor da

fortificação, observada na figura 03. O projeto de criação do forte foi do capitão engenheiro *Philipe Sturm*, um alemão contratado pela Coroa portuguesa.

Posteriormente, planejava-se também a instalação de fazendas nas quais seria garantida aos contingentes militares a sua ração de proteínas.

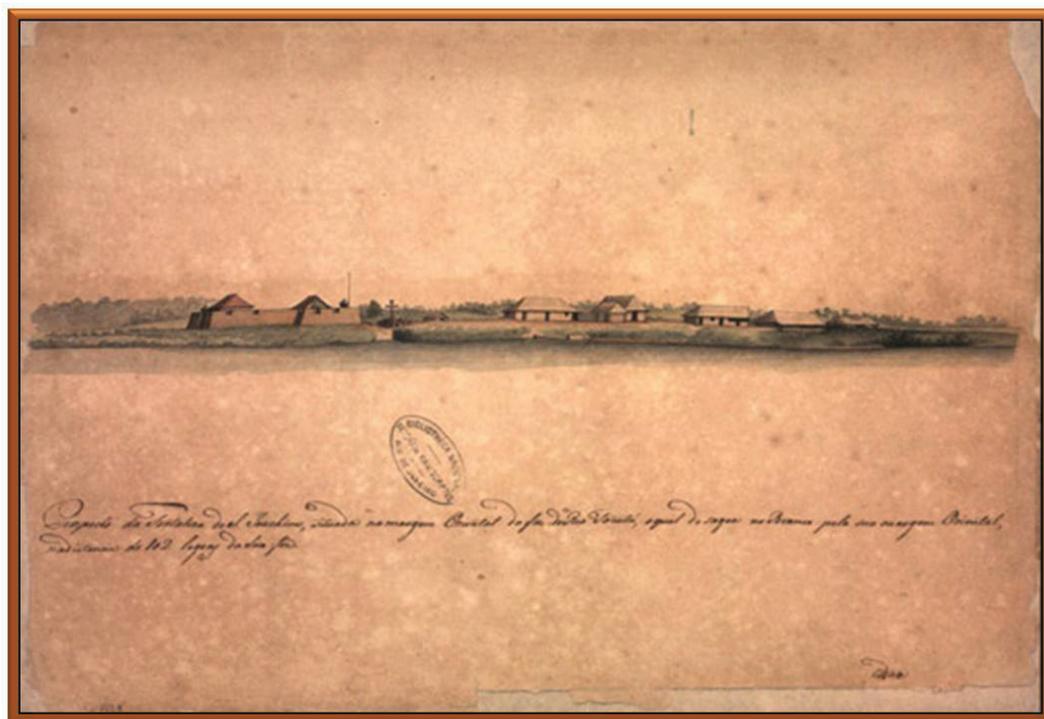


Fig. 03: Prospecto da Fortaleza de S.Joaquim, situada na margem oriental da foz do Rio Tacutú o qual deságua no Branco pela sua margem oriental na distância de 102 léguas da sua foz  
 Fonte: Maurício Zouein (2011). Aquarela de Joaquim José Codina.

A figura 4, mostra como era esse povoado e suas construções, modelos similares daquela época: revelando casas de taipas cobertas de palhas de buriti iam sendo erguidas ao redor do forte. Esse agrupamento foi crescendo e passou a ser denominado popularmente de "povoado de São Joaquim", constituindo-se como o primeiro povoado surgido nessa área.

Outros povoados foram instalados na região até o fim do ano 1777, como: São Felipe; no Rio Tacutu; Nossa Senhora da Conceição, a mais popular de todas; no lugar da união destes rios se fundam as duas povoações de Santa Barbara e Santa Isabel. Esses povoados foram destruídos.

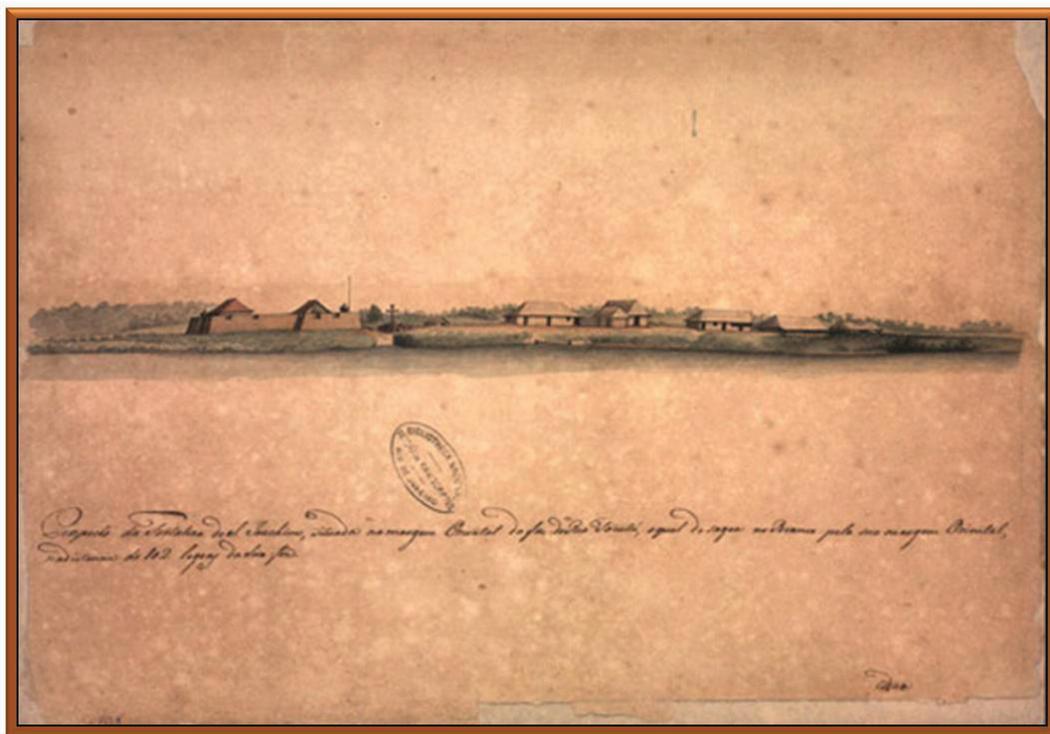


Fig. 04: Povoado de São Joaquim, 1904. Fotografia George Huebener na expedição encomendada pelo então Governador do Amazonas Constantino Nery para o engenheiro Jacques Ourique  
Fonte: Maurício Zouein (2011).

São Felipe, figura 05, foi o segundo povoado a ser fundado, distando 12 km do Forte São Joaquim, reiniciando as suas atividades em 1781. Quando contava com uma população de aproximadamente 400 indígenas, foi novamente destruído, queimado e abandonado pelos mesmos índios. Em 1784, esse povoado foi fundado novamente, na margem direita do Rio Branco e recebeu o mesmo nome.

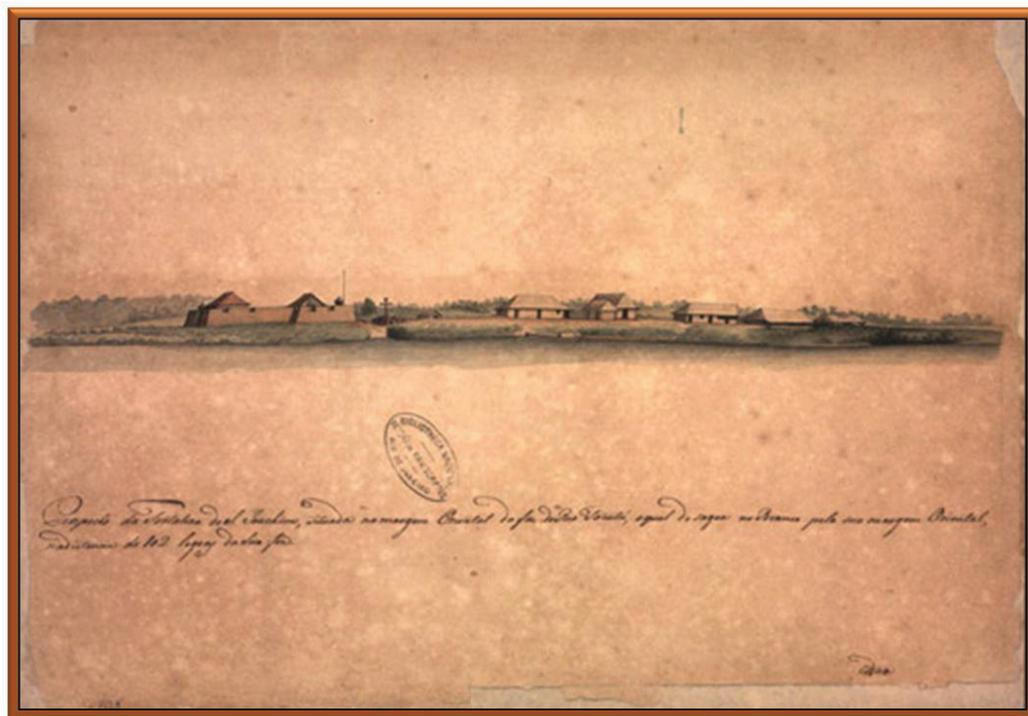


Fig. 05: Prospecto da nova povoação de São Felipe situada na margem Ocidental no princípio da Cachoeira grande do Rio Branco na distância de 78 léguas de sua foz. Aquarela de Joaquim José Codina. Fonte: Maurício Zouein (2011).

O de Nossa Senhora da Conceição, figura 06, também se localizava, à margem austral do Rio Uraricoera, sendo o terceiro povoado implantado com 286 indígenas. Esse povoado entrou em decadência, voltando a ser reconstruído em 1784, na margem esquerda do Rio Branco, abaixo da foz do rio Mucajaí.

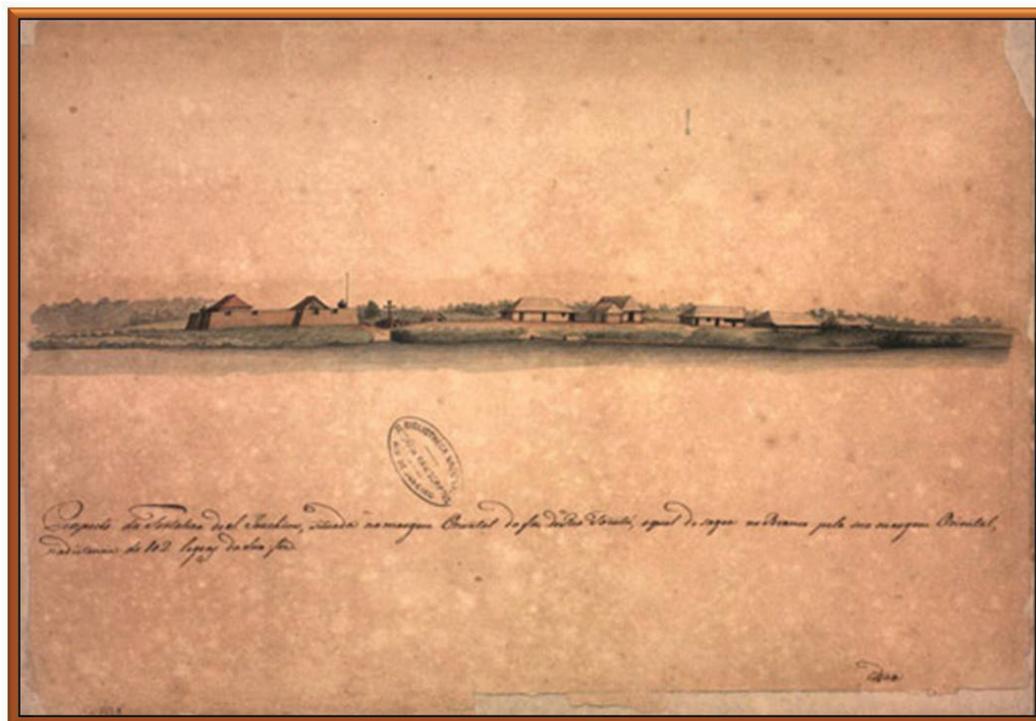


Fig. 06: Prospecto da nova povoação de Nossa Senhora da Conceição situada na margem Oriental do Rio Branco na distância de 82 léguas da sua foz. Aquarela de Joaquim José Codina. Fonte: Maurício Zouein (2011).

Ainda no ano de 1777, na margem esquerda do Rio Branco, fundase o povoado de Santa Bárbara, com 119 índios, localizado a três horas de viagem, ao sul do Forte de São Joaquim. O povoado de Santa Izabel, localizado na margem esquerda do Rio Branco, com 200 índios, junto à foz do Rio Cavaná, a três horas de viagem, de canoa, ao sul da povoação de Santa Bárbara.

Na margem ocidental do Rio Branco, ao sul da foz do Rio Catrimani, fundou-se o povoado de Nossa Senhora do Carmo, figura 07, com cerca de 118 índios. Esse povoado alcançou uma população de aproximadamente 320 indígenas, distribuídos em 40 ocas, sendo que, no ano de 1780, residiam 116 índios das etnias Saporá, Tipiquá, entre outras.

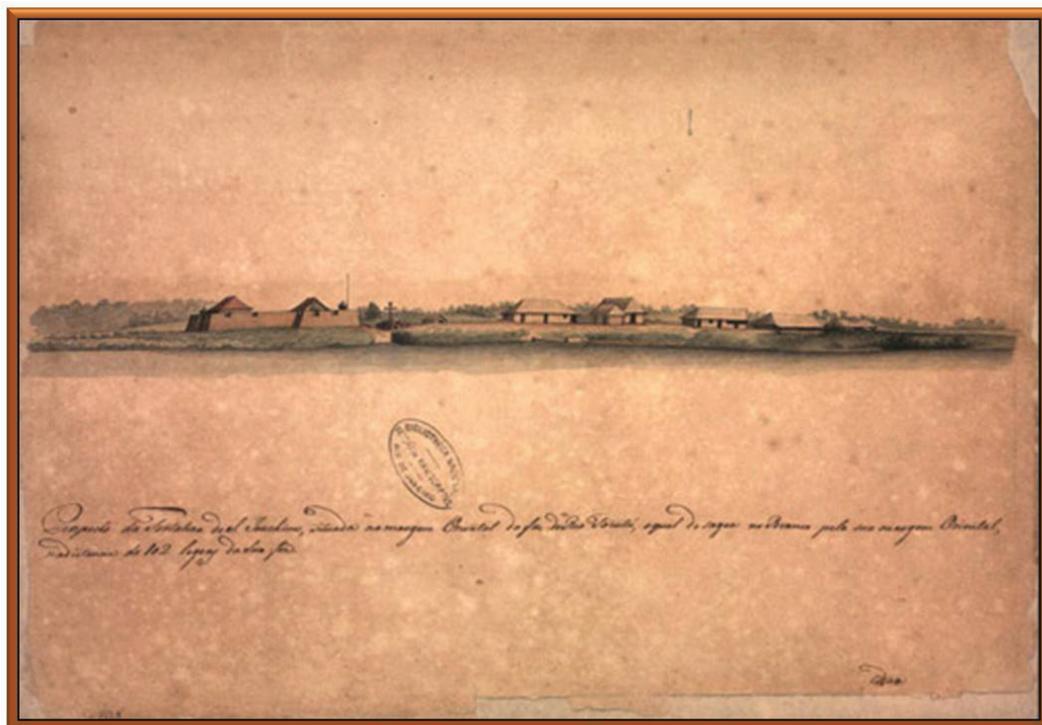


Fig. 07: Prospecto da Povoação de Nossa Senhora do Monte do Carmo situada na margem Ocidental do Rio Branco na distância de 38 léguas da sua foz. Aquarela de Joaquim José Codina. Fonte: Maurício Zouein (2011).

Na figura 08, observamos a distribuição dos povoados ao longo do Rio Branco e alguns afluentes.

Vale salientar, que os indígenas que não aceitavam a submissão dos portugueses, rebelaram-se, abandonando os aldeamentos, que por sua vez, não mais se desenvolveram.

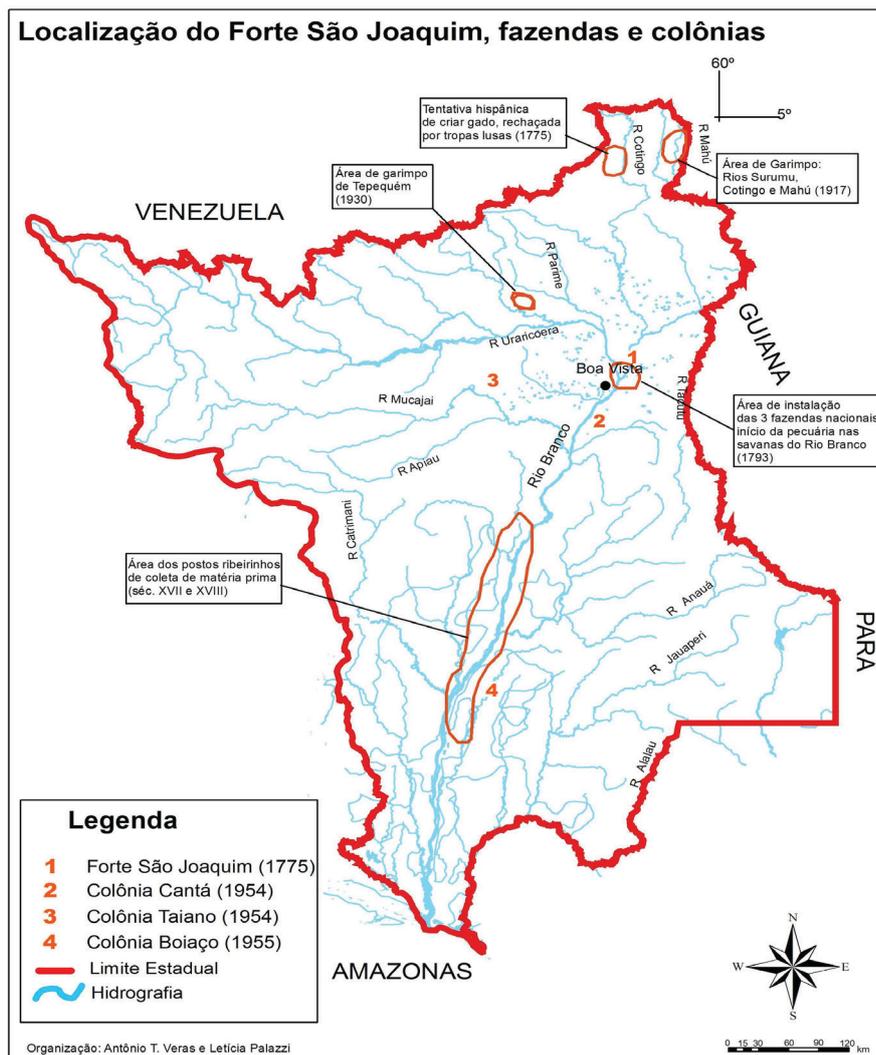


Fig. 08: Localização do Forte São Joaquim, das fazendas e colônias  
Fonte: Tese Veras (2009).

## 2.2 A INSTALAÇÃO DAS FAZENDAS, FREGUESIA E VILA

No final do século XVIII, o governo português inicia na área do alto Rio Branco, região de campos e savanas, a instalação de três fazendas reais, denominadas de Fazendas Reais, a de São Marcos, a de São Bento, e a de São José. O objetivo da instalação era através da ocupação efetiva pela “pata do Boi”, assegurar a posse lusa nestas áreas periféricas da bacia do Rio Branco.

Tal iniciativa partiu do Governo da Capitania de São José do Rio Negro, durante a administração de Manuel da Gama Lobo D’Almada, que introduziu

as primeiras cabeças de gado em 1787 nesses campos, criando as fazendas da Coroa.

Por outro lado, Ourique (1906) afirma que tal mérito coube a três irmãos portugueses: Joaquim, José e Marcos, que vindos para o vale muito antes da chegada de Lobo D'Almada, fundaram nesta região três fazendas de criação a que deram os nomes de: São Joaquim, instalada na área onde foi construído o Forte que ganhou o mesmo nome; de São José, que ficou nas imediações da primeira e a de São Marcos, segundo Tota Terêncio um conhecedor da bacia do Rio Branco.

Para Brasil (2008, p.25), foi Lobo D'Almada o responsável pela introdução do gado bovino e de eqüinos nos campos do Rio Branco. Esses rebanhos chegaram em duas levas: a primeira em 1787 com apenas 17 (dezessete) rezes, entre vacas e as novilhas, adquiridos nas vilas de Moura e Carvoeiro instalados nos campos da Fazenda São Bento, localizada à margem esquerda do Rio Branco. A segunda leva foi introduzida em 1793, e incorporada à primeira. Tratava-se de um lote de gado tomado dos espanhóis, na região de Tefé, quando foram expulsos daquela área.

Também há registros de que os primeiros rebanhos de gado bovino foram instalados nessas fazendas, provenientes de antiga propriedade dos irmãos portugueses. Essa, por sua vez, localizava-se às margens do Rio Solimões. Com o falecimento dos portugueses e em virtude de não possuírem herdeiros nesta região, as fazendas foram incorporadas, ab intestado, às fazendas do Rei.

Farage & Santilli (1962) relatam que a implementação da pecuária, em fins do século XVIII, foi uma iniciativa oficial, visando integrar a região do Rio Branco ao mercado interno colonial, e assim, torná-la um pólo de atrações e fixação de colonos.

Na virada do século XVIII, as fazendas São Marcos, São Bento e São José foram anexadas aos bens da Coroa. Essas três fazendas englobavam

toda a extensão dos campos do alto Rio Branco.

Com a independência do Brasil, as Fazendas Reais<sup>11</sup> na região do alto Rio Branco passaram a se chamar Fazendas Nacionais, e vão, paulatinamente sendo desmembradas devido a invasões.

No caso brasileiro e no que tange à constituição de sua paisagem, um aspecto institucional basilar tem sido negligenciado de maneira surpreendente: a relação Estado/Igreja. Enquanto nunca houve uma codificação colonial portuguesa, as normas e procedimentos eclesiásticos urbanísticas desse fato podem ser decisivas, pois às vagas determinações civis contrapunham-se recomendações expressas do clero que interferiam no desenho urbano.

Através do regulamento da concessão de terras e da estruturação da vida municipal, as ordenações do reino, transpondo o arcabouço jurídico metropolitano para a realidade muito distinta de sua colônia, influíram sem dúvida na feição que foram assumindo seus estabelecimentos. Desde o surgimento e a partir da própria gênese dos núcleos os assentamentos coloniais expressam as preciosas determinações eclesiásticas, não contrapostas ou sequer canalizadas por instrumentos equivalentes do poder temporal, mas aceitas pela importação dos costumes e das práticas do reino.

Marx (1991,p.11), esclarece que se uma vila ou, caso raro entre nós, uma cidade era logo criada, conferindo autonomia municipal à nova fundação, a não clareza e o não detalhamento do precrito em seu foral convidavam a se repetir aqui o que se conhecia da metrópole. Daí o radical contraste entre

---

<sup>11</sup> Ressaltamos que as fazendas eram de particulares, mas ficaram conhecidas na região como "Fazendas Reais" e depois "Nacionais". Estavam localizadas na confluência dos rios formadores do Rio Branco: o Rio Tacutu (fronteira com a Guiana) e o Rio Uraricoera (fronteira com a Venezuela). Para os portugueses esse era um ponto importante na redefinição geopolítica de ocupação e defesa da terra amazônica em favor do Estado português.

o seu desenho usual e o das vilas e cidades das colônias espanholas para as quais logo se codificou uma vasta e precisa legislação específica.

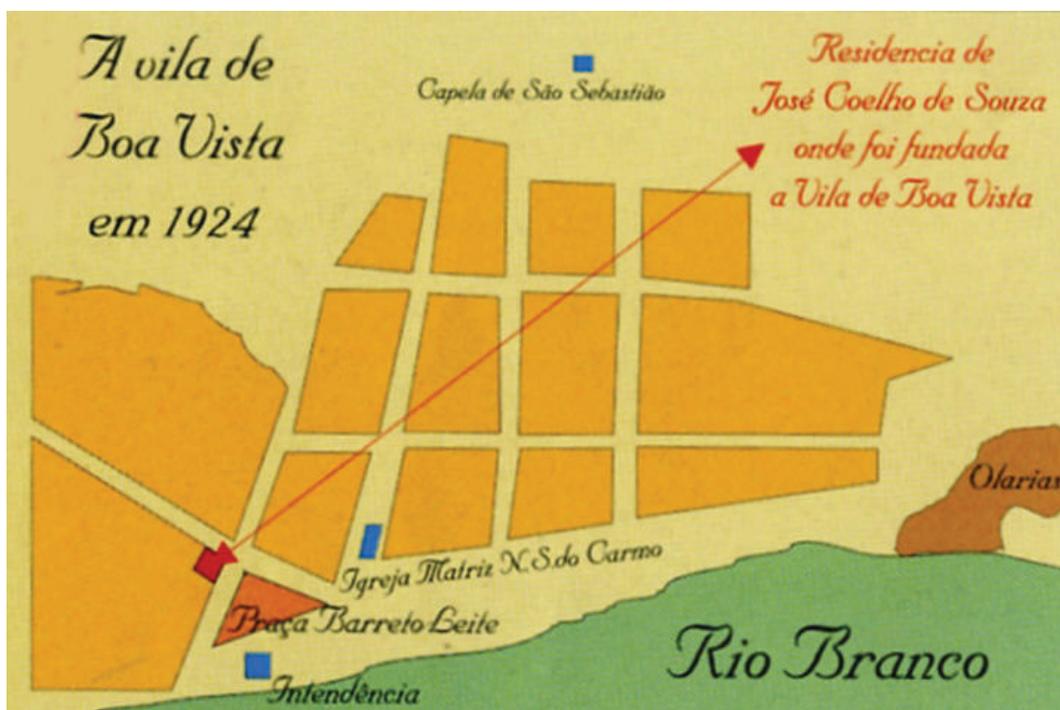


Fig. 09: Croqui da vila de Boa Vista em 1924.

O autor acrescenta, se a aglomeração surgia espontaneamente e, ao longo do tempo, ía galgando diferentes estágios hierárquicos, esse processo ocorria norteado pela Igreja até o momento decisivo da criação do município. Uma concentração de moradas e uma capela, depois capela-curada ou visitada por um padre, quem sabe uma paróquia mais tarde. Um povoado de determinado porte aspiraria constituir uma paróquia ou, uma freguesia. Depois de tal freguesia vai almejar a autonomia municipal que se alcançada implicará o seu símbolo e sede do município que deverão se compor com o templo preexistente.

Ressalta que, elevada uma freguesia a vila, sua matriz ocuparia o mesmo sítio destacado e uma localização ou por completa reconstrução, duma modesta capelinha. Uma vila pressupõe um certo porte e determinada

população que, certamente não dispensariam outros estabelecimentos religiosos. A formação dos nossos primeiros núcleos no Brasil fica patente a significação de certas peculiaridades de seu processo de desenvolvimento. Sua gênese já traz, por si, reflexos sobre a estruturação da rede urbana.

O autor esclarece também que todo lugarejo viu sua incipiente ordenação jurídica refletida na sua frouxa disposição física inicial, disposição de suas primeiras casas, de seus quintais, de suas passagens comuns, surgindo assim, uma organização aleatória ou, mais recentemente, um tabuleiro de xadrez.

Como cita Oliveira (2003, p.104), o Estado colonizador voltou seus interesses para o incentivo da imigração (brasileiro, cristão-novo e degredado) e da política de casamentos com nativos. Nesse processo, o Estado português abria possibilidades para que o índio saísse da condição de escravo e estreitasse os laços familiares na consolidação dessa região amazônica, fortalecendo as "fronteiras vivas", e reorganizando o sistema sócio-cultural e geopolítico do Brasil português.

Em 1830, após deixar o comando do Forte São Joaquim, o capitão cearense Inácio Lopes de Magalhães procurou instalar a sua própria fazenda, a qual deu o nome de "Fazenda Boa Vista do Rio Branco, inspirado pelo deslumbramento da paisagem que apreciara naquele local, ante os dois estirões de montante e jusante das águas do rio, somados à vista distante da Serra Grande e outras serras que ainda hoje limitam o horizonte."

E em 18 de setembro de 1850, com a edição da Lei nº 601, a chamada Lei de Terras do Império, foram feitos seis registros de domínio particular de terras na região do alto Rio Branco. Uma dessas áreas era justamente a que passou a chamar-se Fazenda Boa Vista. Nesse espaço, considerado "berço histórico", foi se formando um povoado, que viria mais tarde se transformar na Freguesia de Nossa Senhora do Carmo da Boa Vista do Rio Branco.

Com a proclamação da Lei Provincial número 92, datada de 06 de

novembro de 1858, reconheceu-se oficialmente a existência de um povoado na região acima das corredeiras do Rio Branco. Criou-se, então, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, segundo os registros da província.

Em 09 de novembro, ainda, do mesmo ano, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo foi estabelecida no povoado denominado Boa Vista, onde desde 1830 estava instalada a fazenda de criação de gado do Capitão Inácio Lopes de Magalhães, oficial do Forte São Joaquim.

Como descreve Luckmann (1989, p.8), em 1890, com a proclamação da República do Brasil, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo pertencente à Província do Amazonas passa a ser Município de Boa Vista do Rio Branco, como parte do Estado do Amazonas.

Diniz (2005) pontua que,

“com a proclamação da república em 1889, a organização política do território brasileiro foi reformulada, e as províncias foram transformadas em estados, composto por municípios. A Freguesia de Nossa Senhora do Carmo tornou-se, portanto, Município do Estado do Amazonas, recebendo o nome de Boa Vista do Rio Branco, em 9 de Julho de 1890” (DINIZ, 2005.p.16).

A Lei nº 132, de 29 de junho de 1865, determina que toda a região compreendida das corredeiras do Rio Branco para o norte passou a fazer parte da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, vinculada à Província do Amazonas, Município de Moura. O Decreto nº 49, de 09 de julho de 1890 cria o Município de Boa vista do Rio Branco, pelo então Governador do Estado do Amazonas, Augusto Ximeno de Ville Roy. O mesmo Decreto eleva a antiga Freguesia à condição de Vila, com a denominação de Vila Boa Vista do Rio Branco. Mas os limites do município continuaram os mesmo da antiga Freguesia de Nossa Senhora do Carmo.

O Município de Boa Vista foi instalado oficialmente em 25 de julho de 1890, em solenidade dirigida pelo capitão Fábio Barreto Leite, representante do Governo do Estado do Amazonas, dando posse ao primeiro Prefeito

(superintendência) do Município, o Coronel João Capistrano da Silva Mota. Em 21 de novembro de 1892, foi criada a Comarca do Rio Branco, pela Lei nº 7, abrangendo o então Município de Boa vista do Rio Branco.

### 2.3 A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO EM 1943

Inspirado por motivos geopolíticos, o Presidente Getúlio Vargas (1930-1945) programou uma série de medidas para promover o crescimento econômico e a ocupação de fato da região amazônica. Tais mudanças culminaram criar os territórios federais, entre eles o Território Federal do Rio Branco, através de Decreto Lei Nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, que entre outros objetivos era planejar, organizar e fazer funcionar na forma constitucional, essa região, completamente desprovida de recursos técnicos. E administrar diretamente a área desmembrada do Amazonas, compreendida pela totalidade da superfície do Município de Boa Vista e parte do Município de Moura.

Na segunda metade da década de 1930, a equipe de poder administrativo do Presidente do Estado Novo defendia o controle sobre o território brasileiro e, especificamente, aquele relacionado à Amazônia. A instabilidade política e as crises financeiras internacionais causadas pelo início da II Guerra Mundial (os interesses e as relações de dependência na Era Vargas entre os grupos financeiros e a burguesia do café) impulsionaram a retomada de discussões sobre as fronteiras amazônicas.

Nesse contexto de interesse do Estado pela integração nacional. FERREIRA esclarece que,

[...] apareceu o medo do governo brasileiro de perder a Amazônia para estrangeiros que clandestinamente exploravam a região. Esse medo tinha como base as supostas informações de colaboração indígena e conivência das autoridades corruptas locais com os grupos internacionais. A Amazônia estaria perdendo sua riqueza

vegetal e mineral (FERREIRA, 1994, p.100-101).

Assim, podemos dizer que se fundamentou a idéia constituída pela “união perpétua e indissolúvel dos Estados, Distrito Federal e Territórios em Estados Unidos do Brasil”, buscando-se em novas armas teóricas e legitimidade jurídica no programa de povoamento e defesa fronteiriça brasileira. Para isso, a criação dos Territórios Federais foi considerada como peça importante nesse mosaico sócio-político brasileiro da terceira década do século XX. O governo precisou rever seus mecanismos políticos para conservar unificado o imenso corpo físico e cultural da Nação brasileira.

A noção de Território Federal, com administração controlada pelo poder governamental central, surgiu com a incorporação do Estado Independente do Acre, após negociações diplomáticas com a Bolívia.

E a proposta de instauração do Território Federal, do presidente Getúlio Vargas, considerou vital para o desenvolvimento econômico o povoamento que recuperaria e integraria o índio à sociedade nacional. Assim sendo, a ordem geopolítica e a exploração dos “sertões” do Rio Branco, como base para fixar o “civilizado” nessa terra distante e hostil, favoreceria a integração e a defesa dessa fronteira que definiria o território nacional. O presidente prometia que todos os brasileiros participariam dessa nova ação estrutural do sistema político do Estado Novo. Afirmava o governo: “todos são iguais; o que vem do povo brasileiro é bom”. Esses foram os lemas dos projetos educacionais que partiam do tom patriótico ordenando a unificação cultural brasileira sob a “batuta” do poder central (OLIVEIRA, 1991, p. 36-37).

Um relatório apresentado ao Ministro da Justiça, Dr. Nereu Ramos, pela Comissão incumbida de realizar no Território Federal do Rio Branco, estudos e observações de ordem política-administrativa declara que quando o território completou seus 12 anos de criação, nenhum dos problemas fundamentais do Território foi resolvido; nem o do transporte, nem o da

alimentação para a qual continua a depender do sul do País e até da Guiana; nem o do aparelhamento da educação e o da saúde; nem o da instalação dos serviços públicos, nem o da luz, da água e do esgoto da sua capital. Pois quase tudo estava por fazer o grau de descrédito a que chegou à administração deste território. O Território do Rio Branco, por várias razões, pode ser assemelhado a um município pobre: população reduzida, com economia incipiente, sendo os cofres públicos a fonte máxima de favores de toda ordem. Com a constituição de 1988, o Território Federal de Roraima é transformado em mais um estado da federação brasileira.

O histórico do surgimento do lugar chamado Boa Vista é revelado no capítulo que se segue.

**CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO DO LUGAR  
BOA VISTA DO RIO BRANCO**

### **CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO DO LUGAR BOA VISTA DO RIO BRANCO**

Conforme o IBGE (1981), as sementes de Boa Vista surgem no cenário amazônico quando os portugueses organizaram as expedições para expulsar os invasores holandeses, ingleses, e, em particular, os espanhóis, que buscavam a legendária Vila de Manoa do El Dorado.

Amparados em Barbosa (1993, p.1-134), verificamos que a população de Boa Vista e de seus arredores, no final do século XIX, totalizava-se aproximadamente 1.000 indivíduos. O povoado era formado por 27 casas no ano de 1888, que confirmava a existência de uma pequena população urbana, formando um povoado que servia de base comercial para toda aquela área.

Para Silva (2007), o Município de Boa Vista tem essa denominação em referência à paisagem que a circunda, pois esta foi aclamada por sua grande beleza, formada pelo Rio Branco, pelos igarapés, pela vegetação ribeirinha e pelas praias que ali se formam, quando ali se estabeleceram os primeiros desbravadores ou, como relata a história, pela admiração de Inácio Lopes de Magalhães. Esse capitão do Forte de São Joaquim foi o fundador da Fazenda Boa Vista, tendo nas suas circunvizinhanças surgido um povoado que, posteriormente, sediou a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo e depois a sede do Município de Boa Vista do Rio Branco.

Vale salientar que poucos registros sobre Boa Vista permaneceram após o incêndio ocorrido no período compreendido entre os anos de 1890 e 1943.

Conforme Brasil (2010. p, 23), o fogo destruiu os arquivos por determinação criminosa do prefeito Cândido Pena da Rocha, que também autorizou a demolição do prédio da intendência, o corte da árvore, popularmente conhecida por marimarizeiro, que havia sido plantada por Inácio de Magalhães.

Sendo assim, algumas lacunas são impossíveis de serem preenchidas na história de Boa Vista, no período acima referido, caracterizando, ainda um vasto campo de investigação científica, tão inexplorada quanto rica.

De acordo com SILVA, (2007), (...) a história da capital de Roraima confunde-se com a história do próprio estado. A área do Município de Boa Vista pode ser considerada a gênese do estado, de vez que, foi nesses campos gerais, ao longo dos rios Branco, Tacutu e Uraricoera, que se instalaram as missões religiosas e militares, de aldeamento indígena, assim como o Forte de São Joaquim e as primeiras fazendas nacionais e particulares. Posteriormente, fundou-se a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, onde se instalou o Município de Boa Vista.

A história nos revela que após a construção do referido Forte de São Joaquim, dos aldeamentos e da instalação das fazendas nacionais, fundaram-se as fazendas particulares, entre elas, no ano de 1830, pelo Capitão Inácio Lopes de Magalhães oficial do Forte de São Joaquim, cuja sede foi denominada Boa Vista, inspirado pela boa visão do local escolhido, de onde o oficial podia apreciar as águas prateadas do Rio Branco (SILVA, 2007).

Por coincidência ou propositalmente, a localização da sede dessa fazenda se deu no lugar onde antes se estabelecera o aldeamento indígena de Nossa Senhora do Carmo, na margem ocidental do Rio Branco (SILVA, 2007).

De acordo com o que foi visto o nascimento de Boa Vista começou a ser lavrada em 18 de setembro de 1850, com a edição da Lei nº 601, de Terras do Império. Essa lei criou as normas pelas quais o Império passou a organizar nas próprias Freguesias os registros das terras rurais.

Pela Lei nº. 92, de 09 de novembro de 1858, o Governo do Estado do Amazonas, sentindo a necessidade de defender o potencial de riquezas do Vale do Rio Branco criou no então Município de Moura, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, situado à margem direita do Rio Branco, acima das Corredeiras do Bem-Querer, no pequeno povoado conhecido como Boa

Vista. Esse pequeno núcleo populacional ficara assim nominado, por se ter desenvolvido da fazenda do mesmo nome implantada no local onde, outrora, fora uma aldeia de nativos da etnia Paraviana. Quando da emancipação política da Vila de Boa Vista do Rio Branco em 1890 esta ainda era um pequeno aglomerado, predominando construções de barro cobertas de palha, com uma pequena população, que se ocupava principalmente de atividades ligadas ao setor primário.

A principal base da economia local era a pecuária, esta não demandava grande quantidade de mão-de-obra, além de que, as sérias dificuldades de acesso à área influíam no processo migratório, que era esparso. Essa realidade proporcionou a simples estrutura urbana da então Vila de Boa Vista do Rio Branco, e a distribuição da pequena população regional, que residiam, principalmente, nas diversas fazendas localizadas ao longo dos rios.

Declara Magalhães (1987, p. 138) que o Italiano Stradelli registrou que, em Boa Vista, no ano de 1881, havia duas casas; em 1889 essas somavam 27, entre as quais uma de pedra, e uma igreja também de pedra, cuja construção, foi realizada por particulares, sem ajuda da província.

A participação da sociedade na fase inicial do lugar foi importante pela espontaneidade na iniciativa de construir residências, prédios comerciais e públicos, o que possibilitou a fixação e permanência de um grupo, de acordo com seus interesses. Isto fica claro quando verificamos que outras fazendas e/ou lugarejos, não tiveram o mesmo êxito.

Santos (2010, p.219) lembra que após 32 anos de sua fundação, a freguesia tinha o aspecto de uma pequena vila composta de algumas fileiras de casas, de construção muito rústica, na sua maioria.

Com a Proclamação da República, em 15 de Novembro de 1889, o primeiro governador republicano do Estado do Amazonas, Capitão do Exército Augusto Ximeno de Villerroy, criou o Município de Boa Vista do Rio Branco, através do Decreto nº 49, de 09 de julho de 1890, cuja instalação ocorreu

em 25 de julho do mesmo ano. O objetivo fora estabelecer a presença da soberania brasileira nas fronteiras do cobiçado vale do Rio Branco com os países vizinhos, Venezuela e Guiana Inglesa ( àquela época). A cerimônia de instalação do município foi presidida pelo capitão Fábio Barreto Leite, emissário do governador do Amazonas.

O mesmo Decreto elevou a antiga Freguesia de Nossa Senhora do Carmo à categoria de vila, conservando para essa o mesmo nome do município, que passou a chamar-se Vila de Boa Vista do Rio Branco, nome que, mais tarde, foi simplificado para Vila de Boa Vista.

Amparados em SILVA (2009), sugerimos que a origem de Boa Vista seja pensada e entendida a partir de duas vertentes que se diferenciam. Uma está relacionada à gênese espontânea, de um lugar que se origina de uma complexidade de fatores determinantes que atuam, ao longo dos séculos XVIII e XIX.

A outra vertente se refere a uma gênese induzida, isto é, o Projeto Urbanístico elaborado por Darcy Aleixo Derenusson entre 1944 e 1950, ao lado do núcleo embrionário, quando a proposta era de que a cidade tivesse um traçado de integração urbana, isto é, radial concêntrica, em que, a praça circular, reunisse os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e de onde partissem as radiais, em direção ao norte, sul e oeste.

A edificação do Forte de São Joaquim, entre 1775 e 1778, a implantação dos aldeamentos Indígenas planejados, ainda no século XVIII, a instalação das Fazendas Reais: São Bento, São José e São Marcos, também, no final do século XVIII, a criação da Fazenda Boa Vista em 1830, início do século XIX e, instalação da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, em 1858, são determinantes que se completam para essa gênese.

Esses fatores proporcionam a gênese de um núcleo embrionário que se torna sede de município em 1890, ainda como parte do Estado do Amazonas.

Em Silva (2007), observamos que na virada do século XIX para o

XX, após a criação do município, ocorreram fluxos migratórios, ainda que pequenos, que provocaram uma efetiva colonização. Esses migrantes provinham da própria Região Norte, tendo como causa a crise do ciclo da borracha em outras áreas da região. Com o início da crise, deu-se a dispersão dessa população para outras áreas da Amazônia, inclusive para a região do Rio Branco, que atraiu esses migrantes em virtude da descoberta da existência das reservas minerais e da expansão da atividade pecuária que ocorria nesse período, principalmente, na década de 1910.

Ressalta o pesquisador que, esse processo migratório ocorreu também, diretamente do nordeste brasileiro que, com seus problemas fundiários, já expulsava o povo nordestino que buscava, entre outras áreas, as do Rio Branco, no afã de melhores condições de vida. Nesse período, os migrantes se destinavam principalmente às fazendas do vale do Rio Branco, que condicionava ainda uma distribuição espaçada da população, disposta, sobretudo, nas diversas sedes das fazendas, permanecendo em Boa Vista uma pequena parcela, o que implicava em uma população urbana inferior à rural, sendo Boa Vista um simples povoado na fronteira. Assim, mesmo com esses deslocamentos, a distribuição da população continuou rarefeita nessa área com predominância no campo, isto é, nas fazendas de gado.

O Rio Branco foi importante para a localização do ajuntamento humano inicial que foi crescendo nessa fronteira. O aglomerado, que primeiro foi se formando em terras da Fazenda Boa Vista, às margens do Rio Branco, próximo ao ancoradouro, tinha esse afluente do Rio Negro como única via de comunicação e circulação. Esse recurso hidrográfico influenciou o crescimento do povoado às suas margens, aproveitando-se também da topografia plana da área.

Quanto a segunda vertente, conforme afirma VERAS (2009), após a criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, pelo primeiro governador do então recém criado território, Êne Garcez, e implantado com

o objetivo de que Boa Vista pudesse sediar o governo territorial.

Dessa forma, ressaltamos que há uma diferenciação no processo de formação desse espaço urbano e no seu processo de crescimento espacial e demográfico, pois a irradiação somente vai ocorrer a partir do projeto urbanístico e não do núcleo embrionário pré-existente.

Sendo assim, refletir sobre a cidade de Boa Vista requer a definição dessa escala temporal, para o entendimento de seu espaço.

Podemos definir que Boa Vista, possua três espaços urbanos distintos: primeiro o arruamento histórico do núcleo embrionário, segundo, o espaço intercalado entre as avenidas Terêncio Lima e Major Wilians e o Rio Branco, que é o projeto urbanístico, e terceiro, a mancha urbana que surge, após esses limites do projeto, e que hoje, constitui a maior parte do espaço urbano da capital.

As impressões deixadas pelos exploradores, cientistas, visitantes, militares e religiosos sobre a vila, podem ser verificadas a seguir.

Inicialmente, destacamos que o Conde Ermanno Stradelli esteve nesta região duas vezes como, explorador, geógrafo e etnólogo. O mesmo aproxima-se da *Reale Società Geografica Italiana*, impulsionadora de todas as arrancadas científicas da época, que o apóia na empreitada de deslocamento a esse rincão. Sendo assim, Stradelli saiu da Itália para o Brasil, pela segunda vez e no dia 03 de junho, 1881, às 5 horas, aporta na Vila de Boa Vista, passando a descrever em nota de viagem todo o seu percurso e registrando cada detalhe ocorrido na vila. Stradelli comenta que:

“Boa Vista, era como um sítio do Sr. Major Mardel<sup>12</sup>, haviam apenas só duas casas, em 1881, já em 1889, eram contabilizadas 27 casas, entre as quais uma de pedra, de propriedade do Sr. Baroni. Comenta ainda

---

<sup>12</sup> Carlos Mardel dono de uma propriedade rural, com criatório de gado. Mardel era sogro de Inácio Lopes de Magalhães ( fundador da Fazenda Boa vista, onde originou a cidade de Boa vista).

que, nessa época a primeira igreja do lugarejo se encontrava em fase de construção, edificada também de pedra". (Stradelli, 1889)

De acordo, com a nota de viagem, o Conde Stradelli (1889) fez menção ao Rio Branco, segundo ele: "O Rio Branco, mesmo pobre de seringas, apresenta os seus campos aptos à criação de gado e as suas matas, elementos de prosperidade, coisa que raramente se encontram juntos em outras localidades".

E sobre o Forte de São Joaquim comenta que (Stradelli, 1983, p. 24-44) "é um pequeno forte, armado de velhas artilharias espanholas e portuguesas, onde reside uma esquadra de 12 soldados, um cabo e um tenente, irregularmente trocada de vez em quando".

Outro explorador que veio a Roraima numa expedição e visitou a Vila de Boa vista foi o geógrafo norte-americano Hamilton Rice<sup>13</sup>, cujo objetivo era explorar e cartografar o Rio Branco, bem como, os seus afluentes. Nessa missão o mesmo em suas pesquisas utilizou aparelhos de telegrafia sem fio, construídos para emissão e recepção, visando experimentar esse aparelho de comunicação nessa área.

Também utilizou hidroplano, do tipo Curtiss Sea-Gull, a fim de auxiliar e ampliar o trabalho da exploração, especialmente, em relação à cartografia,

---

<sup>13</sup> Vanthuy Neto (2000, p.70) faz uma ressalva quanto à vinda de Alexandre Hamilton Rice, um milionário americano, membro da *American Geographical Society*, que esteve no Rio Branco, numa expedição inovadora entre 1924 e 1925. A campanha Rice difere em muito de uma expedição etnográfica, pois as especialidades dos profissionais e o montante pecuniário empreendido na mesma deixam transparecer outros fins. Rice voltou para Nova York formou um "sindicato" com a finalidade de explorar as riquezas minerais existentes no Rio Branco. Contudo, nada se sabe ao certo das possibilidades econômicas levantadas pela expedição. Essa expedição, além da companhia dos indígenas como guias e remadores de canoas, tinha ainda um geólogo, um fotógrafo, dois aviadores, dois mecânicos, um radio-telegrafista e um médico. Foi à primeira expedição no Brasil de tal natureza a usar toda essa máquina de empreendimento, talvez, esta tenha sido uma das maiores expedições no Rio Branco até hoje. Rice apresentou ao Governo do Amazonas a proposta de construir uma estrada de ferro que ligava Manaus a Boa Vista e assumia toda dívida do estado, em troca da Exploração do solo rio-branquense por vários anos. Essa idéia era dos Beneditinos que reconheceram sua inviabilidade.

ao caminhamento e à fotografia aérea.

Rice (1978) descreve em seu relatório durante a sua estadia em Boa Vista (fins de outubro a princípio de dezembro), num total de seis semanas, a região da seguinte forma:

Essas regiões longínquas, misteriosas e solitárias, privadas de recursos, submissas à hordas selvagens dos maracanãs, dos quirixanás e outros mais, que as infestam, as solidões do Parima permanecerão inacessíveis aos homens civilizados e envoltas no mistério que as tem até aqui revestido. Não é possível atualmente atingi-las pelo Uraricoera, nem pelo Mucajaí. O imprudente que se aventurasse a penetrar essas regiões inóspitas com uma verdadeira expedição pagaria com a vida essa audácia, ou seria obrigado a retroceder sem haver atingido seu objetivo (RICE, 1978, p.19).

Porém, para Rice (1978), Boa Vista:

[...] era o único agrupamento junto ao rio que tem honra de ser chamada "Vila". Esse aglomerado compreendeu 164 casas que abrigam uma população de 1200 almas. Alguns desses edifícios são de tijolos: a igreja, a intendência, algumas casas de moradia e o armazém eram de tijolos, mas a maioria era de reboco e pau-a-pique. (RICE, 1978, p.20).

Em relação à população, ele explica que: "Era composta de portugueses, brasileiros, mestiços, índios e alguns negros vindos das Índias Ocidentais pela Guiana Inglesa, em número muito reduzido". Segundo Rice, entre a população residente:

[...] acham-se soldados classificados como contingente especial, são assalariados pelos efetivos de Manaus e vêm a Boa Vista onde se fixam permanentemente, casam-se e constituem família. Suas obrigações são mais de colonos do que policiais, se bem que, na realidade, desempenhem a contento as duas funções. Entretanto, numa região onde a autoridade judicial é exercida à revelia, uma força semi-oficial é quase inoperante. (RICE, 1978, p.21).

O mesmo ressalta que havia a carência de frutos e legumes, numa região que deveria ser rica em produtos agrícolas, falando da influência das freiras e dos monges Beneditinos residentes em Boa Vista. Em RICE (1978,

p.24-25), há definições de que:

Nas relações sociais e familiares, o grau de moralidade é elevado; a população branca e os mamelucos são verdadeiramente civilizados. Em seus trajes, suas maneiras, sua amabilidade, qualidades que não são apanágio habitual das comunidades selvagens

A importância desta expedição para a história local ocorre não só pela modernidade de recursos da qual foi cercada, mas, principalmente, pelo panorama que ela retrata. E devido à documentação ser extremamente escassa, assim a descrição de Rice é uma rica fonte de informação.

A percepção que Rice teve de Boa Vista, segundo (BARROS, 1985), foi expressa da seguinte forma: a vida em Boa Vista era a vida de uma aldeia na fronteira do Brasil. O tecido urbano da povoação era formado por três ruas paralelas ao rio e três perpendiculares, por onde se distribuíam as residências e o comércio.

Outro desbravador foi o Inglês Evelyin Artur St. John Waugh, que permaneceu por 21 dias e escreveu em seu diário, relato de sua viagem que fez aos trópicos, através da Guiana (Ex-inglesa), e parte do Brasil em 1933. Ewelyn Wauhg (1986) registra que:

Havia a rua central pela qual nós chegamos – Rua Bento Brasil – duas estradas paralelas menos importantes e mais quatro outras ruas que a cortavam em ângulo reto. Em todas as direções depois de uns 400 metros, as estradas sumiam aos poucos, se transformando em vagarosos caminhos.

Sobre as edificações das casas naquela época consta em seu diário que “as casas caiadas, cobertas de telhas, de um só andar, eram enfileiradas de um lado e do outro da rua”. Quanto aos hábitos da comunidade ele cita:- “Na porta de cada casa estavam sentadas uma ou mais pessoas que nos fitavam com os olhos arrogantes, hostis e indiferentes; algumas crianças nuas corriam de um lado para outro da Rua”.

Sobre o projeto da cidade, essa afirmava que o mesmo era

ambiciosamente vasto em forma circular. A maioria dos lotes para construção de moradias estava ainda vazia. Uma meia dúzia de minúsculas lojas.

Outra imagem retratada na década de 30, pela a escritora e romancista, Nenê Macaggi (1976), quando chegou, retratou o perfil da Boa Vista a seguir descrevemos uma parte do texto deixado pela escritora:

"Vilarejo até 1926, pequenina e triste (...) muito espalhada, com poucas casas de alvenaria e inúmeras de taipa, cobertas de palhas de buriti ou inajá. Sem árvores, sem praças, e sem flores. Prédios velhos e feios. Quintais abertos e abandonados, sem uma horta ou jardinzinho. Só um bangalô, á distancia, embelezando a paisagem. Nenhum grupo escolar, sendo raras as suas escolas regidas por professores primários. Sem cais, e as margens do rio terríveis para a atracação das embarcações. "Ruas estreitas e barrentas e, no centro da cidade, um coreto coberto de palha". Nenhuma indústria. "Comércio regular e população igual à população das cidades interioranas: Curiosa, maledicente, hospitaleira, alegre e amiga de festas e piqueniques" (MACAGGI, 1976, p. 110).

Para SILVA (2007), "(...) esse lugar isolado se mostrava ou aparecia ao mundo através da visão destes exploradores que ali passavam e lhe descreviam. Era o lugar do contato com o 'urbano' para os primeiros habitantes que se dedicavam à pecuária e ao garimpo". Era o urbano na infinita Amazônia em transição para o "lavrado", o único depois de Manaus para quem buscava o norte em direção à Venezuela e à Guiana ou o primeiro para quem vinha desses países.

Boa Vista do Rio Branco parecia querer reagir a certos momentos, redirecionando ou modificando as condições pré-existentes de um lugar da fronteira, onde se vinculavam o limite imposto e a necessidade de torná-los visíveis e delimitáveis, como o poder através do urbano naquele limite.

O capítulo a seguir vai mostrar as transformações ocorridas no sítio histórico vistas no relato de vida de cada um dos moradores participante da pesquisa.

## **CAPÍTULO IV - O SÍTIO HISTÓRICO URBANO E A PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE BOAVISTENSE**

## CAPÍTULO IV - O SÍTIO HISTÓRICO URBANO E A PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE BOAVISTENSE

Ao tratar da geografia histórica alguns teóricos, como Carl Sauer, (1998) afirmam que, o estudo geo-histórico propriamente dito, trata especificamente do passado geográfico e, esteve muito ligado ao estudo da paisagem.

É por meio dessa categoria geográfica que o homem relê o mundo, porque a paisagem é movimento, uma conversa que o homem estabelece com o mundo externo por meio de linguagem simbólica.

O estudo da paisagem torna-se mais revelador a partir das pessoas que têm nela uma experiência comum. As pessoas ajudam a ver a paisagem, ensinam a entendê-la e percebê-la. Sem elas, não se atina para o conteúdo específico da paisagem e do lugar.

Por isso, há a necessidade de um contato direto, que deve colocar a experiência humana em evidência. Para atingir esse ponto, é necessária a realização de entrevistas, que buscam a reconstrução do passado por meio da memória individual, visto que, a lembrança é uma imagem construída e, assim, cada entrevistado ajudará a entender as transformações ocorridas no lugar.

Essa técnica permite percorrer a história do lugar usando-se a memória humana como meio de busca da memória histórica.

Destacamos que foi a partir de entrevistas com três pessoas que resgatamos a formação do sítio histórico urbano de Boa Vista, reconstruindo, através dessas falas, as mudanças e transformação da paisagem local. Aplicamos duas enquete com ex-prefeita Teresa Jucá.

A escolha dos entrevistados passou pelos seguintes critérios: primeiro, que fosse um descendente de uma família local, e que reside em Boa Vista na área da pesquisa (sítio histórico urbano). Sendo assim, entrevistamos:

(1) a senhora Haydée Brasil de Magalhães, bisneta de Inácio Lopes de Magalhães, (fundador da Fazenda Boa Vista, que deu origem a cidade de Boa Vista), pertencente também à família Brasil. Em seguida, o proprietário do Restaurante "Meu Cantinho", (2) Adriano Jorge Macedo Figueiredo, neto de Rodrigues Pires de Figueiredo. Adriano Jorge é o terceiro proprietário do imóvel, que foi a sede da fazenda Boa Vista do Rio Branco (construção pioneira), e que tem a função de restaurante na atualidade. (3) O representante da igreja católica Padre Vanthuy Neto, devido à importância da igreja na formação do lugar. Finalmente, realizamos duas enquetes: uma com o Prefeito de Boa Vista, Iradilson Sampaio, vice-prefeito por duas gestões da ex-prefeita Teresa Jucá (quando se iniciou grande parte das reformas do sítio histórico urbano), e como a ex-prefeita Teresa Jucá.

No tocante ao planejamento das entrevistas, foram dados os seguintes passos, que teve como modelo a proposta de Lima (2008, p.19), ordenados da seguinte maneira:

- a) contatos iniciais por telefone;
- b) visita ao local das entrevistas formulando convite oficial;
- c) agendamento do dia da entrevista;
- d) realização da entrevista;
- e) organização das informações oriundas da entrevista;
- f) coleta de dados, documentos e fotos antigas e atuais;
- g) análise do material coletado, leitura e seleção.

As entrevistas foram gravadas em fita cassete, de 90 min, de marca *Emtec, Fantastic Sound*. Utilizando gravador Sony portátil, referência *BM-21 Portable Dictator*. Para a transcrição de cada entrevista valorizamos a fala dos residentes, bem como sua análise empírica aprofundada, respeitando sua forma de se expressar e linguagem utilizada.

Aqui inserimos que existem vários modelos de entrevistas e o tipo aqui empregado foi à entrevista projetiva que é aquela centrada em

técnicas visuais, isto é, a utilização de recursos visuais onde o entrevistador pode mostrar: cartões, fotos e filmes ao informante. Esta técnica permite evitar respostas diretas e é empregada para aprofundar informações sobre determinado grupo ou local, sendo um tipo de entrevista utilizada em Ciências Sociais. Como lembra Haguette (1997) que:

[...] o "processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas é o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, que é o entrevistado". A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos (HAGUETTE, 1997, p.86).

As histórias pessoais dos entrevistados permitem-nos conhecer o sítio histórico urbano de Boa Vista, ajudando a compreender o lugar e perceber sua paisagem. Vale destacar, entretanto, como diz Bosi (1994) que:

[...] ao ouvir as histórias dos idosos com atenção é possível vislumbrar o passado sob óticas particulares resgatar as lembranças sobre o passado e transformações. A pesquisa é antes de tudo um exercício do ver, o olhar, sentir e ouvir em detrimento da fala.

A entrevista com fotografia antecipa espontaneamente o *feedback*, a ânsia do informante ver a própria imagem e ter uma visão retratada do lugar onde ela vive. De acordo com Collier Jr. (1973.67), uma vez na casa do informante, as fotografias tornam-se elementos que orientam a conversa e permitem que você extraia os interesses e entusiasmos de seu informante. Enfatiza Collier Jr (1973) que:

O tema da entrevista não é verbalmente estabelecido porque o *feedback* fotográfico cria um estado de consciência e evoca sentimentos emocionais. As fotografias fazem os testes sem palavras que conduzem a entrevista ao núcleo de sua pesquisa. As fotografias estimulam a memória e dão à entrevista um caráter de proximidade com os objetos.

As fotografias apresentadas habilidosamente evitam que o informante

se desvie da área de pesquisa. Sem a pressão das palavras, uma outra fotografia retirada de sua maleta trará a conversa de volta para o campo de seu estudo. Essa técnica da foto-entrevista permite uma conversa bastante estruturada, sem qualquer efeito inibidor de questionário ou inquéritos verbais constrangedores. Seu papel pode ser o de guia experiente, que conduz o pesquisador de campo através do conteúdo das fotos.

Outra vantagem do emprego dessa técnica, é que as fotografias lhe permitem contar sua própria história espontaneamente. Isto, em geral, faz jorrar um fluxo de informações sobre personalidades, lugares, processos e artefatos. Pois os fatos estão nas fotografias; o informante não deve sentir que esteja divulgando segredos. Tudo o que ele faz é dar uma regularidade à história. Além, disso a oportunidade projetiva das fotografias oferece um sentido agradável de auto-expressão, enquanto o informante é capaz de explicar e identificar o conteúdo e instruir o entrevistador com seu conhecimento.

Mediante todas as questões acerca do uso da fotografia nas entrevistas, abordaremos a seguir os relatos históricos, dos informantes do centro histórico urbano de Boa Vista.

A primeira entrevistada foi dona Haydée Brasil de Magalhães. Ao chegar em sua residência, situada à Rua Barreto Leite, no centro histórico de Boa Vista, local de nossa pesquisa, Dona Haydée já se encontrava arrumada, sentada em sua cadeira de balanço, muito sorridente, impossibilitada de fazer muitos movimentos, pois sofrera um acidente doméstico em que fraturou o braço direito. Ao seu lado contava com ajuda da sobrinha para auxílio. Entre a informante e a pesquisadora havia uma mesa servindo de suporte para expor oitenta imagens fotográficas.



Fig. 10 – Sítio Histórico Urbano de Boa Vista. Hoje, essa área tem nova denominação Centro Histórico de Boa Vista –RR. Fonte: Maria Goretti L. Lima; Paulo Rogério F.Silva e René Fernando C. Jiménez.

A primeira fotografia observada pela informante foi a figura de número 11, que se encontra abaixo, que é uma imagem de 1925, do acervo da Expedição de Hamilton Rice.



Fig. 11: Vista áeri da avila de Boa Vista do Rio Branco.  
Fonte: Acervo de Rice (1978).

A observação vista na foto por Magalhães<sup>14</sup>, trouxe a sua memória o lugar de sua vivência. Daí ela conta:

Aqui eu me criei. Ali próximo da Orla, funcionava a primeira intendência. Quando veio o primeiro governador, Enê Garcêz dos Reis para instalar o Território Federal do Rio Branco, trouxe com ele Mário Homem de Melo que foi nomeado o primeiro prefeito. Ele foi quem derrubou o prédio da intendência. Em 1946, o Prefeito Cândido Pena Rocha, mandou queimar todo o arquivo da Prefeitura de Boa Vista perdendo a história de Roraima.

Outra foto observada foi a de número 12, que trata de uma paisagem com algumas edificações a margem do rio Branco. A seta apontada chama a atenção para a localização do prédio da intendência. Esse prédio foi demolido. Uma réplica foi construída em local diferente.

---

<sup>14</sup> Entrevista da senhora Haydeé Brasil de Magalhães, 89 anos, uma das moradas mais antiga do Centro Histórico. Entrevista concedida, a Maria Goretti Leite de Lima no dia 9 de junho de 2010, às 16 horas, em sua residência.

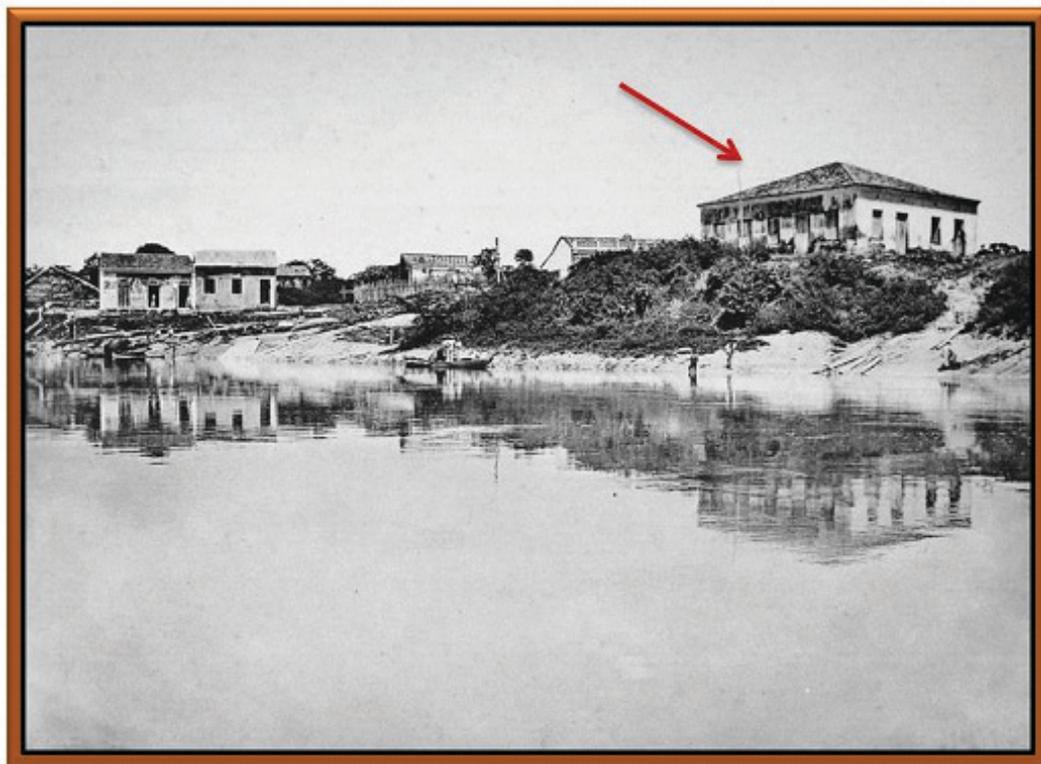


Fig. 12: Vila de Boa Vista destacando a intendência. Foto de Rice (1976).  
Fonte: Acervo de Rice (1976).

Questionei a entrevistada se, além da intendência, outros elementos faziam parte desta paisagem? “Sim, era um porto simples (figura 13), em que desciam as embarcações, vinda de outras localidades, servindo como ponto de trocas e vendas de produtos; gêneros alimentícios, roupas e calçados, local onde se tinha acesso às primeiras notícias de outras cidades”.



Fig.13: O Porto de Cimento (1925). Vemos o tipo de embarcações utilizadas nessa época, como as primeiras edificações próximas à margem direita do rio.  
Fonte: Waldir Paixão (2009).

Mais, uma vez questionei, o povo chamava de porto de Cimento?

“É uma longa história, o Porto da Intendência, ficava próximo ao prédio da intendência. Depois desse prefeito louco [Mário Homem de Melo] ter derrubado o prédio da intendência, fez uma laje de cimento, fixou argolas no chão, beira do rio pras embarcações. O povo passou a chamá-lo de “ Porto de Cimento”, nunca concordei com isso. Sempre que conversava dizia “aí nunca foi Porto de Cimento”, frisou ela indignada.

Ao visualizar a foto de número 14 abaixo, a entrevistada esclarece sob a construção do muro a margens direita do rio:

“A função do muro era preservar, não para embelezar. Entretanto essa área não foi respeitada. Próximo ao local foi construído um mercado para cortar carne. Os anos passaram ficou detonado, sem higiene [o mercado foi demolido], então o que o prefeito fez, construiu outro na beira do rio”.



Fig.14: Vista do muro que separava o Rio Branco da Vila de Boa Vista do Rio Branco. No fundo da imagem vemos a primeira casa construída na margem direita do rio. Nessa casa morava um português por nome de Dias. Essa casa era de madeira.  
Fonte: Acervo Waldir Paixão (2009).

O muro foi construído pelo governo Ene Garcêz dos Reis (1944) para preservar a área. O governador só passou oito meses no cargo, veio só instalar o Território Federal do Rio Branco. Verificou-se que havia outros planos para a cidade, como relata a entrevistada a seguir:

Quando foi planejada a cidade morava comigo um primo chamava-se Pedro Pitagares Magalhães Cunha. Fez parte do grupo que desenhou a cidade, junto com Walter Melo. Um trabalho de topografia eram topógrafos. Dizia minha prima vou lhe mostrar a planta da cidade, à beira do rio. Vai ser feita uma avenida beira rio. Não havia nenhuma casa só a intendência.

Questionei a entrevistada: - E o mercado (figura 15).

O outro mercado, construído recebeu o nome de Lar São Vicente. O prefeito Manoel Correia Lima trouxe mudança e sistematizou o novo mercado dividindo em "boxes". O Novo local não permitia a venda de carne, só gêneros alimentícios, grãos e legumes.



Fig.15: Primeiro mercado municipal de Boa Vista.  
Fonte: Waldir Paixão (2009).

Havia também na beira do rio a presença da guarda marítima? “Isso foi no início do primeiro governador, Enê Garcêz. Depois ela funcionou no lugar da Caixa Econômica, em frente à praça da bandeira.”

Ao observar outras fotografias, a entrevistada viu uma foto da casa da Petita Brasil (figura 16), situada à Rua Barreto Leite, próxima a praça de mesmo nome, na área do Centro Histórico. Daí ela nos acrescentou: “Essa casa era do meu tio Bento Brasil todo esse quarteirão, até no beiral, era dele” (ver figura 17).



Fig. 16: Casa da Petita Brasil. Um modelo clássico de arquitetura.  
Fonte: Acervo da casa de Cultura do Estado de Roraima, divisão de patrimônio Histórico do Governo de Roraima, (2009).

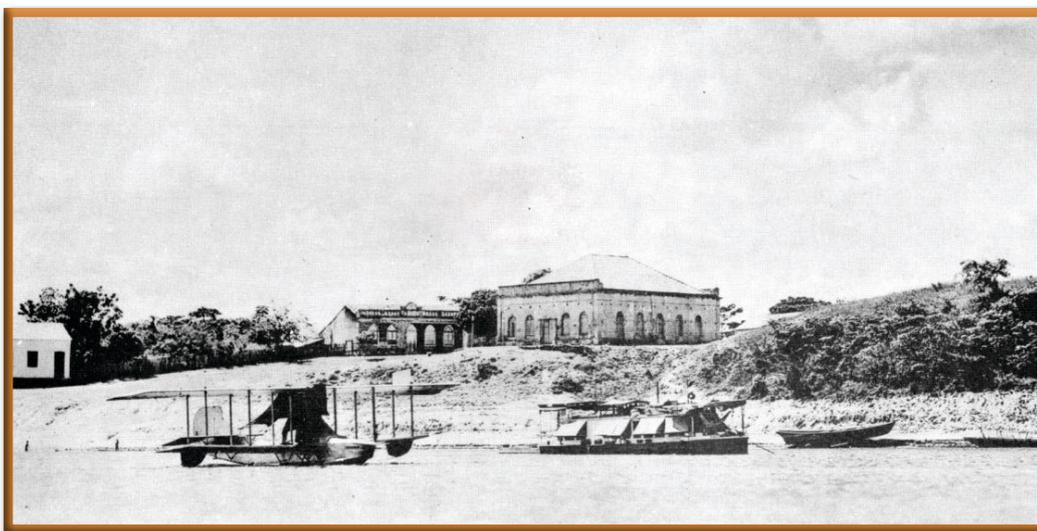


Fig. 17: Porto de Boa Vista do Rio Branco, Déc.20-século XX. Foto da comissão Rice, 1924.

Ao ver a fotografia da Praça Barreto Leite (figura 18), a Senhora Haydée comenta:

Essa praça foi criada conforme a evolução do local. (...) foi assim, primeiro Inácio Lopes de Magalhães chegou primeiro ao lugar fez a sua casa. Depois os seus filhos construíram as suas casas, no entorno. Então, foi tomando forma de uma vila. Em seguida fizeram "o casarão dos brasis". Essa vila iniciou no Meu Cantinho, seguindo lado direito até onde hoje é Caixa Econômica. A parte em forma de triângulo que não havia nada na área, então construíram a praça Barreto Leite.



Fig. 18: Praça Barreto Leite, já reformada.  
Fonte: Fotografia de Maria Goretti leite de Lima (2009).

A entrevistada explica e sugere:

"Se tivessem pedido minha sugestão, sobre o nome da praça era Berço da Boa Vista. Aqui começou a cidade. Barreto Leite, um cidadão influenciado pelo Governo do Amazonas que quis levar uma parte de nossa terra em categoria de Município do Amazonas".

A figura 19, observada mostra em primeiro plano a casa, sede da fazenda e ao fundo a Igreja Nossa Senhora do Carmo. Quando observamos a fotografia surgiu o seguinte questionamento: quem surgiu primeiro a fazenda ou a igreja? A entrevistada comenta: "A fazenda. Mas os primeiros a chegar foram os padres carmelitas que introduziram a Santa Padroeira da Cidade, Nossa Senhora do Carmo e depois construíram uma capela de palha".



Fig. 19: Sede da Fazenda Boa Vista 1904. Essa é a imagem mais divulgada da vila de Boa Vista. Trata-se das primeiras edificações que marcam o início do sítio histórico de Boa Vista. Fonte: Fotografia George Huebener na expedição encomendada pelo então Governador do Amazonas Constantino Nery para o engenheiro Jacques Ourique.

Quando visualizamos uma imagem do hospital, (figura 20), Haydée assim refletiu: “Era o Hospital Nossa Senhora de Fátima. Esse hospital, só tinha quatro leitos, só havia dois quartos cada um com dois leitos, uma porta e uma janela funcionaram por muitos anos”.



Fig. 20: Hospital Nossa Senhora de Fátima após 1925.  
Localizado hoje, entre as ruas Bento Brasil e Inácio Lopes de Magalhães.  
Acervo Waldir Paixão (2009).

A figura 21 é da Orla Taumanan, que ao ser visualizado é assim analisada pela entrevistada:

A orla para nós aqui, é uma agressão. Ela nos agrediu, porque tirou a vista da paisagem do rio Branco. A ex-prefeita Teresa Jucá mexeu com a história e a cultura de Boa Vista. "A gente sentava ali na calçada do China, naquela casa da beira do rio e perdia a vista o que a vista dava aquela extensão do rio, agora você senta ali e não vê mais nada.

A orla acabou com o porto da cidade, antigamente "porto de cimento" (figura 21). Hoje, quando os turistas chegam aqui para fazer um passeio turístico tem que pegar a embarcação "lá em baixo" (figura 22), circulando num caminho de roça e mato. Não tem porto. Não conheço cidade sem porto. O porto era ali onde construíram a orla. As embarcações vinham pra receber os santos, a imagem de São Pedro, São Paulo, durante a procissão. Não tem mais, a Teresa acabou com essa tradição da procissão.



Fig. 21: Orla Taumanan. Na parte inferior direita da foto vemos uma seta indicando a plataforma um da orla sobre o local onde ficava o porto de cimento. Fotografia Thiago Orihuela, (2009).



Fig. 22: Vista Panorâmica da Orla Taumanan. Trata-se de uma plataforma sobre o rio e onde se encontra o barco atracado é local hoje, de saída das embarcações. Fotografia Thiago Orihuela, (2009).

O depoimento<sup>15</sup> seguinte é do proprietário do restaurante “Meu Cantinho”. A entrevista ocorreu nas dependências do restaurante. Como suporte para expor as fotografias utilizou-se a mesa do bar. Entre um trago do cigarro e um olhar fixo para o acervo de foto o entrevistado refletia, examinando uma por uma. Nas fotos antigas que retrata a sede da Fazenda “Boa Vista”, ficou admirado com cada imagem, solicitou em seguida da pesquisadora uma cópia de cada uma. Em sua fala ele diz:

O que eu posso agregar a sua tese será a partir das informações que tenho do final da década de 60, mais precisamente, quando cheguei aqui em 1969, com a minha família para fixar residência. O meu cantinho é a primeira edificação, a primeira casa, da primeira fazenda de Roraima, com 200 anos. Continua intacta na questão da forma física, tivemos algumas alterações na fachada há uns 30 anos atrás, a última que teve foi há 25 anos, que foi a edificação dessa varanda e da cobertura. O prédio mesmo em si, continua com as paredes originais, construídas de taipa e muito pouco mexido, fora isso, o que a gente espera é que continuem preservando e mantendo

O entrevistado realiza os seguintes comentários sobre o prédio: “Foi comprado pelo meu avô, Rodrigues Pires de Figueiredo, na década de 1940, mais precisamente entre 1941 e 1942”.

Ao mostrar a figura 23, perguntei como era a paisagem dessa área? “Quando cheguei aqui em 1969, encontrei a casa do seu Armando Gomes, que foi a primeira residência na beira do rio que é a construção pintada de verde”.

O que foi alterado nessa paisagem da fotografia em análise?

[...] muita coisa foi alterada. Houve queimadas na vegetação ciliar. O Projeto Raízes foi implantado com ações de reconstituição, como é o caso da Peixada Ver o Rio, que foi construída neste projeto. A “peixada do bigode” foi demolida e permaneceu o prédio do Restaurante Panorama. Esse projeto raízes construiu uma réplica do prédio da intendência, reformou o muro que separa a cidade do rio. A partir de 2002/2003 houve realmente um manejo de preservação

---

<sup>15</sup> Entrevista de Adriano Jorge Macedo, Figueiredo, 52. Um dos moradores mais antigos. Concedida, a Maria Goretti Leite de Lima no dia 9 de julho de 2010, às 19 horas.

dessa mata Ciliar. Hoje, cresceram as árvores, não se queimou mais, não se cortou mais. Quando as árvores eram pequenas, normalmente se queimava e cortava e a vegetação da mata ciliar se desenvolveu e está naturalmente constituída.

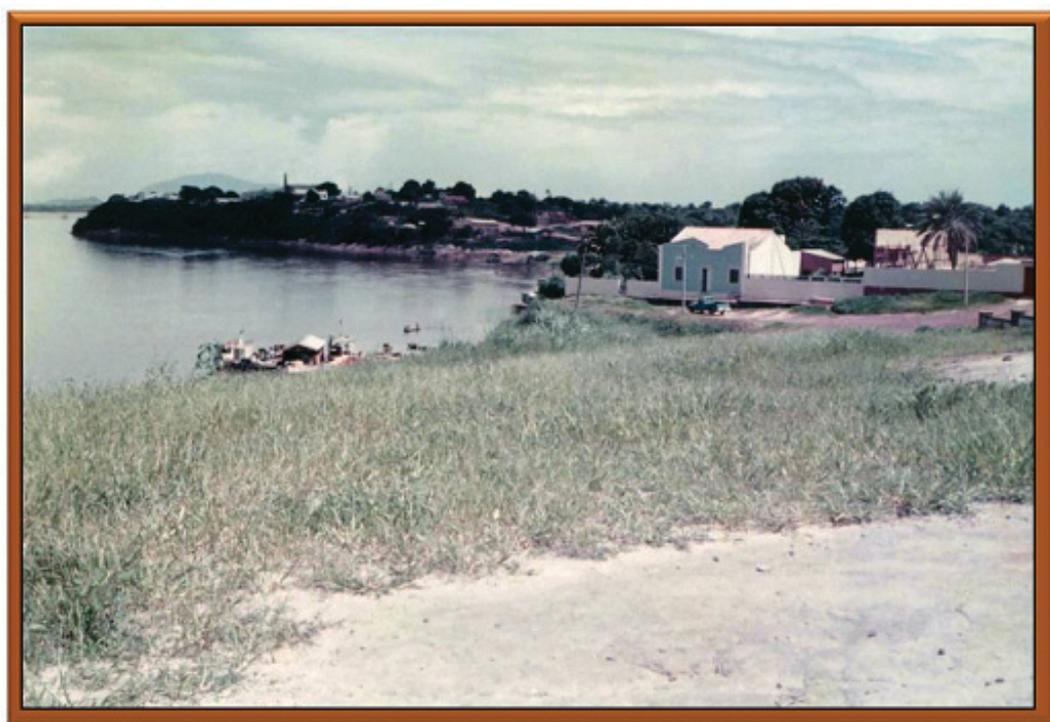


Fig. 23: Residência de Armando Gomes em 1969. Acervo Waldir Paixão, 2010

Quanto ao objetivo do muro, que é visualizado na figura 24?

Até hoje eu não sei. Mas o objetivo na época era separar a Secretaria Administrativa Pública, das demais secretarias, pois, eram todas ligadas à prefeitura, a intendência e o prédio da polícia tudo ficava aqui. Do muro para cá ficava a cidade. Com o passar dos anos, em 1996, o muro foi reformado, foi edificada a réplica da intendência, o mercado de carne já havia sido desativada e demolido posteriormente. No final da década de 70, a cooperativa foi desativada e deslocada para o final, da Jaime Brasil. Então foram ocorrendo essas mudanças e reformas. A feira do produtor, por exemplo, saiu daqui e foi para outro lugar.



Fig. 24: Muro revitalizado que separa o rio da cidade.  
Fotografia: Damásio Douglas, (2010).

### Outras reformas foram realizadas?

A Igreja Matriz, o restaurante “Meu Cantinho”, a casa, sede da fazenda “Boa Vista”, a casa da Petita Brasil. No dia 02 de julho de 2003, veio a Orla Taumanãn que trouxe várias conseqüências. Por uma questão de 60m acima poderia ter deixado e preservado o porto. A Orla poderia ter sido construída sim, mas deixado o porto do cimento. Era um porto que poderia está em funcionamento até hoje. Não temos como aportar as embarcações que chega ali no rio, a não ser embarcações pequenas, canoinhas para 3 ou 4 pessoas.

### O entrevistado ainda enfatizou:

Bem, essa Orla deveria ter sido construída sim, mas não ali tomando o porto do cimento, sua construção um pouco mais acima seria o ideal. Mais um atrativo turístico, entretenimento, criação de emprego, geração de renda, tudo isso. Faltou um pouco mais de planejamento. As pessoas que fizeram o projeto não conheciam a História de Roraima.

Outro depoimento<sup>16</sup> significativo que corrobora com a análise é a do Padre Vanthuy Neto. Ao mostrar o acervo de fotos antigas e atuais da Vila e da cidade de Boa Vista, o mesmo olhou para a pesquisadora e disse: a

senhora tem muitas fotos dessa época.

Observando as fotos antigas comparou com as fotos atuais e falou das mudanças no Centro Histórico.

Nessas fotos antigas a senhora não vai encontrar nada na beira do rio a não ser esse muro. Essa prefeitura por nome de Teresa Jucá ela fez um Projeto chamado Raízes. Fez esses espaços, por exemplo, extremamente novo, não sei se combina, mas é preciso dialogar muito. Houve as mudanças: o Centro de Artesanato que havia ali, depois da década de 60 continuou. O velho mercado foi transformado num pequeno espaço de escola. A fábrica de gelo que é muito antiga continua. A secretaria da SEMED, hoje esse espaço é uma galeria. A intendência foi trazida mais perto do anfiteatro e da orla, do Restaurante Ver o Rio. Tem outra coisa o Rio Branco avançou um pouco mais para altura de um barranco muito alto.

Isso significa que o rio avançou em direção a cidade?

Imagino que sim, aí teria que chamar um geógrafo para dá umas dicas, mas só olhando a fotografias a gente acha que ele avançou. Ou o rio avançou ou as estruturas e construções avançaram sobre as margens do rio. A senhora pode levantar as duas questões. Não havia construção de porte como hoje tem.

Quem surgiu primeiro a igreja ou a fazenda na Vila de Boa Vista do Rio Branco?

Documentação registra que em 1725, os Carmelitas chegaram ao Rio Branco, acima da cachoeira. Mais se fala das missões que eles implantaram. Em 1858 se implanta a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, da qual se tem uma boa parte de documentação de livros de batismo, de casamento, de enterros, então, significa que havia já um prédio, agora se a igreja é a que já tá atual eu não posso dizer. O que eu posso dizer é que quando foi feita a restauração da Igreja Matriz se descobriu que há dois tipos de arquitetura na Igreja, uma feita com tijolo e a outra feita com pedra, isso eu não tem nenhuma dúvida, que a de pedra e barro é mais antiga, possivelmente construída pelos índios, por que as casas feitas pelos brancos portugueses de um modo especial, dos fazendeiros, estão feitas todas de tijolos. Então, o material de construção indica uma

---

<sup>16</sup> Entrevista do Padre Vanthuy Neto, 38 anos, concedida a Maria Goretti Leite de Lima 20 de setembro de 2010, às 8 horas, na Prelazia, Diocese de Roraima.

época anterior, aos Beneditinos, em 1909, e as partes feitas pelos beneditinos são feitas de tijolos, agora a construção anterior é feita toda de pedra e barro.

Existem também dúvidas que apontam que não foi a fazenda de Inácio Lopes de Magalhães que surgiu pioneiramente, que deu origem ao lugar?

Há um pequeno mapa antigo que diz que a origem não ocorreu a partir da fazenda de Inácio Lopes de Magalhães e sim de alguém chamado José Coelho uma coisa assim que é na outra esquina, próximo ao beiral ali eu não sei se teria fotos mais antigas. Mas, as fotos mostram apenas a casa da fazenda, o meu cantinho que se perdeu como ícone, hoje ela não existe mais, com originalidade, pode até se falar mais, ela não é tida como ícone.

Fale sobre a construção da Praça Barreto Leite, na época da formação do lugar.

Bem, a Praça Barreto Leite vem de um projeto da época do prefeito Júlio Martins. No Projeto Raízes ela foi repavimentada. Na década de 70 esse espaço era um grande barranco, não havia uma praça. A posse do primeiro governador foi ali, sem está pavimentado, sem está organizada. Era tido como um espaço de comemorações cívicas, comemorações religiosas.

Sobre os prédios históricos: "historicamente a intendência ela foi destruída na década de 60, a senhora vai encontrar as fotos da década de 70 e 80 é um único barranco". Onde comenta:

A prefeita faz algo que talvez não era possível com o porto de cimento, o porto de cimento ele serviu historicamente ninguém pode negar a sua importância histórica, quando a fonte de comunicação e de acesso à povoação da cidade de Boa Vista era via fluvial. A orla tem esse papel importante de conduzir as pessoas para dentro do rio, eu fico observando as crianças que jogam as pedrinhas, no fundo é uma forma de terem contato com a água mesmo que não toque tem o seu valor, tem os limites, claro, construir, por exemplo, uma orla às vezes com um povo que não tem educação, joga-se coisas dentro do rio então tem os limites sim.

Olhando para algumas fotos que revela o ícone de Boa Vista

Tem alguns ícones que perpassaram a história da cidade, por exemplo, um deles foi a Igreja (figura 25), ela perpassa desde a

missão depois a criação da freguesia, o município e hoje a capital. A Matriz depois de restaurada nos últimos anos retomou e com força muito grande, como peça simbólica do Rio Branco, a Matriz do Rio Branco (RR). Depois outro espaço que também perpassa a história da cidade são as casas históricas de um modo especial ligada às fazendas têm algumas que estão aí no Sítio Histórico. A casa da fazenda perpassa e revela o poder que foi a fazenda aqui nessa terra de Roraima Hoje, há outros ícones na cidade, por exemplo, são as avenidas; é um símbolo dessa cidade. Quando você chega de avião você vê o traçado bonito, avenidas largas, o que deveria ter sido muito mais trabalhando nesses últimos anos, a questão da arborização. Outra, ainda é o próprio Centro Cívico e toda a comunicação da cidade passa por aí, seja a comunicação de bens que vai e volta, de entradas e saídas da própria cidade tudo passa por ai: o trânsito. Mas também, seja pelo próprio espaço que hoje está confluindo os poderes, o poder econômico, legislativo, religioso. O que havia no sítio antigo histórica chamaria esse poder econômico político de "Casa das Fazendas", o poder religioso de "A Matriz e A Casa das Irmãs" e o poder político de "A intendência".



Fig.25: Igreja Matriz de Boa Vista. Foto de Douglas Damásio (2010).

O próximo depoimento que veio contribuir com os relatos históricos para ajudar na formação de nosso imaginário, foi do Prefeito Iradilson Sampaio,

que está atuando desde 1996, quando foi Vice-prefeito de Teresa Jucá por duas gestões e é atualmente prefeito de Boa Vista em seu segundo mandato.

A técnica para ouvir o atual prefeito de Boa Vista, Iradilson Sampaio e a ex-prefeita, Teresa Jucá, não foi a da entrevista projetiva, usada para entrevistar os moradores antigos. Realizamos um enquete para checar cada ponto obscuro que foi deixado na entrevista projetiva.

A pesquisadora foi recebida no gabinete do prefeito, para uma conversa informal sobre as ações de intervenção no Centro Histórico.

O prefeito Iradilson Sampaio informou que a margem direita do Rio Branco, era extremamente abandonada e esquecida. Tinha alguns prédios particulares e públicos, muito deteriorados com o tempo e abandonados. A prefeitura deu o primeiro passo, construindo o Restaurante "Ver o Rio". Havia nesse momento uma preocupação com os visitantes e com a população local que não visitava o rio.

A proposta da prefeitura foi de trazer o turista, chamar para ver essa cidade. "É comum o turista chegar à cidade: visitar a Igreja Matriz, conhecer a orla e ir ao restaurante". As famílias pioneiras, e as tradicionais gostaram do investimento a ponto de elogiar. "Restauramos casas, restaurantes, igreja e praças".

O maior questionamento hoje está no desaparecimento do porto de cimento. Mas para resolver essa história será colocado em prática um projeto para o bairro Caetano Filho. Uma emenda parlamentar da ex-deputada Maria Helena Veronese será colocada em prática para fazer um porto no antigo beiral e ao mesmo tempo reconstruir e revitalizar essa área.

Nossa preocupação é de não descaracterizar áreas históricas, não é intenção da prefeitura e nem a sociedade concordaria. Criar mais opção de lazer para a nossa população, pois continua existindo uma carência muito grande neste setor; uma área para caminhada na margem do rio; construção de pequenos bares para que à tardinha o sujeito vá com sua família, e uma

pracinha para as pessoas circularem.

Para a segurança do local será destinado um quiosque para a Polícia Militar, guarda da Prefeitura e um Posto da Polícia Federal para evitar tráfico de drogas.

No caso da entrevista com a ex-prefeita, Teresa Jucá não foi possível falar pessoalmente com ela, mas a mesma me respondeu um questionário com as seguintes questões:

A prioridade de sua primeira gestão (1993-1996) foi de resgatar a memória e preservar o Centro Histórico de Boa Vista. Ao iniciar sua administração, percebeu-se a necessidade de reconstruir este espaço abandonado, "relegado ao fundo da cidade". Era uma forma de revitalizar a área; de possibilitar à população para conhecer e apreciar as belezas naturais da paisagem e revalorização o Rio Branco.

Criar hábito, e costume na população local, a se voltar para o Rio Branco, foi uma das finalidades. Além de ampliar áreas de lazer para o boavistense devido às poucas opções. Promover o turismo foi ponto prioritário de seu Programa de Ação para aquela área. Pois o mais importante era devolver o rio à comunidade, tendo como proposta a construção da Orla.

As ações de intervenção na área aconteceram em sua gestão, com a demolição do "mercado do peixe" e do Restaurante Makuchik, conforme acordo firmado com a prefeitura e a colônia dos pescadores, proprietária dos imóveis.

Em seu primeiro mandato trabalhou para construir o prédio da Intendência, através do Projeto Raízes<sup>17</sup>. Esse programa de ação tinha como objetivo revitalizar o Centro Histórico de Boa Vista. Em 1996, o prédio foi construído, e o espaço que, outrora, era abandonado foi restaurado por meio

---

<sup>17</sup> Criado na gestão da ex-prefeita Teresa Jucá Tratava-se de um programa de valorização da história de Roraima, em que se trabalhou pela recuperação da memória da cidade de Boa Vista, na restauração de prédios e revitalização de áreas.

de um convênio com o Ministério do Turismo.

A réplica da intendência está na mesma área, Rua Floriano Peixoto, próxima à plataforma quatro (4) da Orla Taumanan, construída um pouco mais acima do prédio anterior, que se situava no barranco, próxima a margem direita do Rio Branco. A não permanência do local de original do novo prédio se deve às constantes inundações sofridas, no período das chuvas, quando as águas do rio Branco inundam este local.

A primeira intendência foi construída em 1900 para sediar a administração, quando Roraima ainda era Província do Estado do Amazonas, a Intendência também funcionou como primeira prefeitura. A estrutura original foi destruída em um incêndio ocorrido em 1950. Sua construção obedece às suas linhas arquitetônicas originais de estilo neoclássico, fazendo parte hoje, do patrimônio histórico e cultural de Boa Vista.

Em 2004, ele foi restaurado por meio de um convênio com o Ministério do Turismo que permitiu reformar toda área.

Com relação ao projeto Orla, este fez parte do Programa de Ação que foi apresentado à população, durante sua campanha à Prefeitura de Boa Vista. Após as eleições, em 2001, em julho, de 2002, iniciam-se as obras, conforme press release de sua Assessoria de Imprensa. Toda a estrutura da Orla foi construída baseada em estudos para que os prédios históricos não fossem afetados.

A Orla foi a fórmula que a administração da Teresa Jucá encontrou para fazer com que o Rio Branco fosse mais aproveitado pela população, pois a cidade “vivia de costas para o rio e agora pode admirá-lo todos os dias”, enfatizou a ex-prefeita. A orla foi idealizada com uma estrutura total de quatro plataformas em concreto armado, revestido com piso em madeira de lei encaixada, interligadas entre si através de rampas por terem três níveis diferentes em relação ao leito do rio. Além disso, incluía 20 quiosques construídos em tijolo aparente.

A plataforma um (1) teria sete metros acima do nível do normal do

rio. A plataforma dois (2) e a três (3), 12 metros e a quarta (4) 14 metros acima do nível normal do rio. A extensão total seria de 405 metros lineares, totalizando 13.050 metros quadrados partindo do Monumento aos Pioneiros até a Escola Ayrton Senna. As plataformas um e dois, abrigam 11 quiosques com lanchonetes, restaurantes e dois palcos para shows ao ar livre, com 6.500 metros quadrados, começando no Monumento aos Pioneiros até à Rua Floriano Peixoto.

Ainda conforme documento, Teresa criou e executou o Projeto Orla respeitando o princípio da administração participativa, que foi o modelo da sua gestão.

O capítulo seguinte mostra com profundidade a paisagem ausente integrando no passado com o presente.

## **CAPÍTULO V - A METAMORFOSE DA PAISAGEM**

## **CAPÍTULO V - A METAMORFOSE DA PAISAGEM**

Nesse capítulo foi feita uma leitura do passado no presente, através de fotografias antigas e atuais que representam a realidade em dois períodos diferentes.

Metodologicamente, mergulhamos na empiricização do tempo e do espaço na iconografia fotográfica, na tentativa de buscar informações capazes de conduzir um conhecimento prévio e direto da realidade que estas imagens representam.

A percepção do urbano se baseou metodologicamente a partir de imagens geofotográficas de Bandeira (2008), que analisa através de fotografias as principais transformações urbanas, sociais e culturais percebidos por meio de fotos antigas e atuais do município de Guarabira-PB. As imagens "geofotográficas" são fotografias utilizadas numa pesquisa geográfica, em que se faz uma leitura das diversas figuras presentes.

As pranchas aqui referenciadas pontuam e acompanham as transformações urbanas ocasionadas pelas ações de intervenção realizadas no sitio histórico de Boa Vista. A percepção dessas imagens permite visualizar a fisionomia do lugar, comparando o "ontem" e o "hoje" nas fotografias que retratam cenas cotidianas dos diferentes momentos de alteração, modificação e transformação.

Detectou-se que através deste instante congelado nas pranchas fotográficas aqui mostradas é possível analisar tempos passados e prever tempo futuro, com, logo, o conservar o que é possível e descartar os erros de intervenções causados no espaço construído.

Nesse processo, indagamos se há uma identidade presente quando olhamos para o atual cenário da paisagem urbana do sítio hoje, no sentido de apreender seu teor intencional e significativo, em virtude do seu valor

histórico e cultural, nos dias atuais.

Os fenômenos urbanos irão permitir a discussão sobre uma possível revisão crítica das reformas e revitalização urbana no sítio histórico urbano.

Conforme Kossoy (2002), a fotografia poderia ser apreciada como uma segunda realidade, diferente da primeira realidade, contida num fragmento de tempo e espaço que apenas existiu no momento em que foi fotografado.

A partir desta página passamos a apreciar uma paisagem ausente contida no imaginário de cada leitor, e perceber as metamorfoses que ocorreram e que redefiniram a paisagem do sítio histórico urbano de Boa Vista.



Fig. 26: O núcleo embrionário pré-existente, incorporado ao tecido urbano atual.

Através das fotografias antigas e atuais o leitor perceber significativas transformações que interferem na qualidade da dinâmica do atual, Centro Histórico.

A leitura das imagens fotográficas antigas e atuais do sítio histórico Urbano, molduradas em quadros retratam o passado no presente dos principais pontos históricos esquecidos de Boa Vista, as fotos aguçam a percepção e o imaginário do leitor de quem viveu ou não o momento retratado.



Fig. 27: O descaso inicial, o muro abandonado, muito mato e a revitalização do muro e da praça.



Fig. 28: A sede da Intendência, 1925 , após a demolição e sua replica- passado no presente.

A figura 29, essa fotografia em preto e branco, revela o modelo de casa da época. À direita vemos a Igreja Matriz e ao fundo o hospital que formam o conjunto arquitetônico da Vila: No primeiro plano vemos o prédio da sede da Fazenda Boa Vista, construída por Inácio Lopes de Magalhães, seu fundador. Percebe-se que essas construções eram em alvenaria, cobertas com telhas de zinco, e foram edificadas no século XIX.



Fig. 29: Foto preto & branco mostra a sede original da Fazenda Boa Vista e foto colorida vemos o prédio com alterações, 1904, George Huebener.

As ruas desniveladas, piso de barro batido não existindo nenhum tipo de infra-estrutura física. Percebemos que essa atitude de final de tarde,

da população reunida em suas calçadas revela a herança trazida pelos migrantes nordestinos de afluir a essa localidade para apreciar o ir e vir dos habitantes do arruamento. Por isso, a importância do rio para essas pessoas está na constituição da identidade local destes moradores.

Nesse tópico demonstramos as paisagens ausentes, devido à destruição e ao descompromisso dos governantes com a proteção do patrimônio histórico.

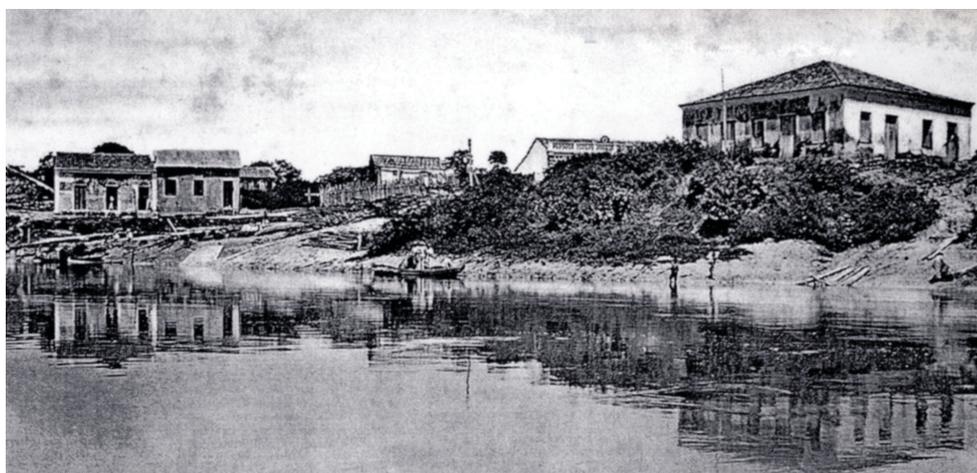


Fig. 30: As primeiras casas as margens do rio Branco ao fundo a intendência. Hoje essa mesma margem sem estas edificações.

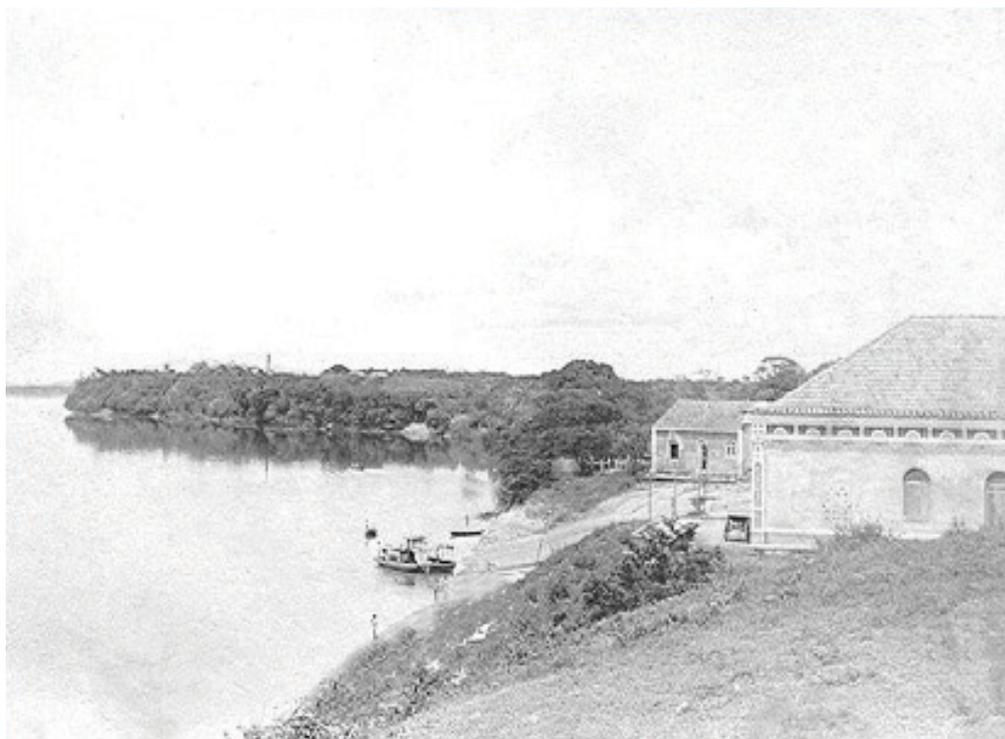


Fig. 31: O porto de Boa Vista e ao fundo vemos a primeira casa de madeira edificada no local.







Fig. 34: A Freguesia de Nossa Senhora do Carmo em 1890

Para analisar com mais precisão as mudanças no Sítio Histórico Urbano, foi essencial observar imagens fotográficas atuais, para contrastar com as fotografias antigas buscando uma nítida leitura das imagens que expressam as principais transformações ocorridas. A análise comparativa proporciona a possibilidade de explorar as mais diversas vertentes geográficas, facultando ao olhar do geógrafo o poder de uma visão analítica entre o passado e o presente. Pois a fotografia pode congelar e retratar com riqueza de detalhes uma paisagem ausente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa tese houve um entendimento de que a paisagem urbana não pode ser compreendida sem as pessoas, sem o conhecimento de suas histórias e dramas. É necessário uma experiência partilhada e comum. Pois, são as pessoas do lugar que nos ajudam a ver a paisagem, nos ensinam a entendê-la e percebê-la.

Entendemos ainda que as contribuições para a compreensão da paisagem não virão apenas de uma única disciplina, mais de várias, desafiando a um entendimento que mesmo dentro da especificidade de disciplinas, por exemplo, a geografia, a arquitetura ou a comunicação (através da linguagem da fotografia), aponta para a construção de um campo transdisciplinar para validação desse conhecimento

A proposta de estudo constitui-se em um pesquisa qualitativa com pressuposto fenomenológico, sendo interdisciplinar com interconexão entre a geografia e a comunicação, numa abordagem de estudo de caso, bem como, a reconstituição da memória da paisagem ausente que ficou registrada na mente dos moradores mais antigos e nativos

Nossa crítica está na descaracterização das edificações e a substituição; a ocupação e o uso do solo com as novas atividades comerciais e de lazer. tendo como exemplo, o complexo "Orla Taumanan". Nessas contradições entre as políticas de reurbanização e as propostas de revitalização, de que forma o poder público e a sociedade civil estão reagindo?

Destacamos, inicialmente, que Boa Vista, surge como fazenda, na margem direita do Rio Branco, totalmente dependente da navegação desse rio, sobretudo no tocante à época do abastecimento de gêneros alimentícios (oriundo de Manaus), visando abastecer o mercado interno e fluxos de pessoas.

A primeira edificação é a sede da fazenda e, posteriormente, a Igreja Matriz. O primeiro prédio público foi a Intendência, construída em 1900, próximo à margem direita do Rio Branco, mas de costa para o rio. Sua estrutura original foi queimada, o prédio foi demolido no fim da década de 1950 e reerguido em outro local, em 1996, como uma das ações do Projeto Raízes. O incêndio causou danos irreparáveis na história do lugar queimando os primeiros arquivos públicos. Também destacamos aqui inicialmente as demolições do “mercado do peixe”; e do prédio da “inspetoria marítima”. Até a árvore que Inácio Lopes Magalhães plantou foi cortada sem o menor respeito ao ato simbólico e pioneiro.

O abandono das edificações antigas causada pelo descaso do poder público, no sítio histórico urbano de Boa Vista, levou as autoridades a esquecer essa parte da cidade, e desprezá-la ficando relegado a pano de fundo, do núcleo inicial.

Essa temporalidade possibilitou perceber as mudanças sofridas pela implementação de programas de revitalização deste centro histórico, sendo essa observação realizada por meio de fotografias antigas, atuais e reais, e trabalho de campo, além de documentação que tratam da paisagem local.

Nossa hipótese partiu do princípio de que essas intervenções das gestões municipais que alteraram a paisagem foram realizadas sem planejamento prévio, desrespeitando a importância histórica existente. Acreditamos, por fim, que um processo de revitalização responsável deve valorizar e incorporar ao espaço urbano e o seu patrimônio arquitetônico herdado com todo seu valor simbólico.

A pesquisa de campo foi realizada em três focos principais de atuação: pesquisa documental, pesquisa de acervo fotográfico e entrevistas. A pesquisa documental e a busca pelo acervo fotográfico em conjunto com as entrevistas realizadas subsidiaram a identificação das fases. Estas fases estão fortemente vinculadas aos períodos políticos vividos, uma vez que as

estratégias de gestão adotadas estão diretamente ligadas às forças políticas estabelecidas em cada momento.

Para análise percebemos as formas; aparência original dos prédios; descaracterização das edificações e substituição; traçado das ruas; conservação dada, representados em pranchas fotográficas que retratem o “antes” e o “depois”. Perceber as rugosidades, como diz, Milton Santos, no espaço construído com as novas atividades comerciais e de lazer.

Percorrendo o sítio histórico urbano e comparando com as fotografias, observamos expresso nas imagens fotográficas uma desconstrução da cidade inicial e a representação de uma nova paisagem moderna na última década do século XX e no início no século XXI, que se configura como expressão de uma dinâmica da paisagem em evolução. A construção da Orla Taumanan é o exemplo mais caro para essa transformação.

Da mesma forma, a alteração das fachadas e/ou demolições de prédios, descaracterizou grande parte da arquitetura local como se verifica nos poucos fixos esses, definidos como prédios remanescentes do princípio da formação urbana local.

A reforma da Igreja Matriz é outra grande alteração na estrutura do sítio histórico urbano de Boa Vista que redefiniu a paisagem local, principalmente com a construção da calçada em frente a mesma, redefinindo o tráfego de veículos no local. Por ser a primeira igreja construída na bacia do Rio Branco e reconhecida como patrimônio histórico de Boa Vista.

A construção do antigo prédio da Intendência e reerguido em outro local em 1996, sem nenhuma semelhança. No ano de 2011, o prédio recebe uma nova reforma buscando a semelhança com o prédio original, isso pontua o descuido e o compromisso com o patrimônio cultural do lugar.

Sendo assim, conseguimos concordar com nossa hipótese de que há uma falta de planejamento prévio para a revitalização do sítio histórico urbano local.

Ao ouvirmos os relatos dos antigos moradores, nos conscientizamos, mais ainda, quando comparamos esses relatos com as fotografias de que há uma transformação que não leva em consideração a origem do processo de produção inicial.

Acreditamos que, sendo a população de Boa Vista formada em grande parte por migrantes indígenas e migrantes nordestinos e vindos de outros estados brasileiros, esses novos moradores trazem consigo seus costumes, tradições e valores da terra de origem. Dessa forma, chegam a esta cidade em busca de emprego e de uma qualidade de vida, desconhecendo a história do lugar, o que culminou por historicamente, a cidade não valorizar o seu patrimônio histórico e a cultura ainda existente.

Porém, concordamos que após os estudos de percepção, bem como os percursos in loco e as conversas, entrevistas e as informações, um importante entendimento de que, o abandono total da área, causou esquecimento do lugar, ficando relegado ao fundo da cidade, sem nenhuma ação realizada. O primeiro arruamento histórico, pré-existente, foi esquecido pelas gestões municipais e o poder público local.

Destacamos que Boa Vista, assim como outras cidades da Amazônia, possuem uma íntima relação cotidiana com o rio. No caso específico do Estado de Roraima possuem algumas peculiaridades que, como afirma Oliveira (2011), essas especificidades são conseqüências da força urbanizadora.

O sítio histórico urbano era composto das primeiras edificações e de alguns prédios públicos, como: a intendência, a Inspetoria de Polícia Marítima Aérea de Fronteiras e o mercado público; Também o "porto de cimento" que servia de infraestrutura à navegação fluvial com embarque e desembarque e ainda era o local de todo tipo de transação comercial para compras, vendas e trocas; Como também era o local de moradia das primeiras famílias que aqui chegaram: como, por exemplo, as famílias: Brasil; Magalhães, Figueiredo e Fraxes, dentre outras..

A cidade de Boa Vista surge à margem direita do Rio Branco, totalmente dependente da navegação desse rio, sobretudo no tocante em uma época, quando do escoamento de gêneros alimentícios oriundo de Manaus, visando abastecer o mercado interno e permitir o fluxo de pessoas.

Finalmente, através dos resultados da pesquisa, esse trabalho busca oferecer uma leitura dos elementos históricos esquecidos de Boa Vista e perceber uma paisagem ausente, uma paisagem partilhada e uma paisagem presente no olhar do Boavistense. Esse material poderá contribuir para a busca de soluções relacionadas a questão apresentada sobre as intervenções e suas consequências na área do sítio histórico. Como também vêm estimular novos estudos sobre o tema.

Ainda é possível o boavistense: reviver o arruamento, apreciar a nuanceas de um paisagem que guarda na memoria local, traços identitarios do núcleo embrionário da atual cidade de Boa Vista, caracterizada hoje, como uma metrópoles regional e, perceber casas geminadas formando vilas edificações como: a casa da família brasil, a residência de dona Hatdeé; o primeiro cartório, a fábrica de gelo, a casa das madres, o local da sede da primeira Fazenda Boa Vista que originol a cidade, onde esta Meu Cantinho, e o local da primeira igreja, Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmos. Constituindo-se o estoque seguinficativo do patrimônio arquitetónico e cultural e urbanistico.

Pela Rua Bento Brasil, por exemplo, vemos ainda a casa do senhor Terêncio Lima, a casa das 12 portas, a Prelazia, em que há resquícios do passado, algumas modificações. Pela Rua Jaime Brasil, temos ainda, a residência da família Fraxe e a Casa Bandeirante.

Baseados na música de Eliakin Rufino e de Armando de Paula, que canta Roraima, exaltamos Boa Vista, recitando uma estrofe da música cidade do Campo:

“Boa Vista vai onde a vista ver. Boa Vista linda de se ver.”

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva**. São Paulo. 1956

BANDEIRA, Sâmia Érika A. de C. **Imagens fotográficas antigas e atuais como instrumento de planejamento urbano para o município de João Pessoa-PB**. 2008

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. **Ocupação Humana em Roraima I. do Histórico Colonial ao início do assentamento dirigido**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. 1993.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio, Ferreira, Efrem J. G. & Coletton E. G. (Eds). **Expedições Científicas e Exploratórias no Vale do Rio Branco** In; Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima. INPA-RR. 1997.

BARROS, Nilson Crócia. **Roraima: Paisagem e tempo na Amazônia Setentrional**. Recife: Ed. UFPE, 1995.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara** – São Paulo, ed. 70, 1980

BERQUE, Augustin. **Paysage-empreinte, paysagematrice: elements de problématique pour une géographie culturelle. L'espace géographique**. 1984, 8 (1), p.33-34.

BERTRAND, George set Bertrand, Claude. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**; Organizador Messias Modesto dos Passos. Maringá. Ed. Massoni, 2007

BRASIL, Amazonas. **Raposa Serra do Sol, área de conflito**. Editora Boa Vista Ltada Boa Vista, 2008.

\_\_\_\_\_. **Roraima e a questão Indígena**. Editora Boa Vista LTDA, Boa Vista, 2008.

BRAGA, Olavo Viana. **Momentos da História de Roraima**. Ed. Silva, 2002.

BEAUJUE GARNIER. Jacqueline. **Geografia Urbana**. 2ª Ed. Tradução Raquel Soares de Brito. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. 1997.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo. Ática, 1998. 6 ed. Série Princípios.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças dos velhos.** - 0 Ed. São Paulo- Companhia das Letras, 1994.

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo.** Campinas-SP. Papirus, 1998.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. 2 ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Terra os homens: a geografia.** São Paulo, contexto, 2010

COSTA, Everaldo Batista de. **"A dialética da Construção destrutiva" na consagração do patrimônio mundial e seu papel na (re) produção do espaço urbano em Diamantina – MG. FFLCH / USP,** (Dissertação de Mestrado), São Paulo, 2009.

COLLIER, Jonh. **Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa.** Tradução Iara Ferraz e Solange Martins Couceiro. São Paulo, Edusp, 1973.

DINIZ, Alexandre M. A. & AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. **Boa Vista, Roraima: uma cidade média na Fronteira Setentrional do Brasil.** In: Cidades: Relações de poder e cultura urbana. MOURA, Ana Maria S. & SENA FILHO, Nelson de. (org). Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra/ ANPOCS, 1991.

FARAGE, Nádia, SANTILLI, Paulo. **Estado de Sítio: território e identidade do vale do Rio Branco.** In: História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1962.

FERREIRA, & Efreim et ali (org). **Rio Branco: peixes, ecologia e conservação de Roraima,** Boa Vista- RR, Ed. INPA- ACA- Amazon Conservation Association, 2007.

FERREIRA, Oliveiros S. **Reflexões sobre a Nação e a Amazônia.** In: D'INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a crise de modernização.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

FORGUS, Ronald Henry. **Percepção: O Processo Básico do Desenvolvimento Cognitivo.** Ed. Universitária de Brasília, 1971.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HOCHBERG, Julian E. **Percepção** - ed. Zahar, 1982.

HOLZER, Werther, **Paisagem, imaginário, identidade: Alternativa para o estudo geográfico**. In: Manifestações da Cultura no Espaço Rio de Janeiro. EdUERJ, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios** – de Boa Vista-Roraima. Resultado do Universo. Rio de Janeiro, 2010.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **CARTA DE PETRÓPOLIS**. Caderno de documento nº 3. In: “Cartas Patrimoniais” do Ministério da Cultura, 1997.

KOSSOY, Boris. **A Fotografia como fonte histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado**. 4ª Coleção - Museu & Tecnologia. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo - SICCT, 1980.

LEFEBVRE, Henri, **1901-1991 – O Direito à Cidade**. São Paulo. Centauro, 2001.

LIMA, Maria Goretti Leite de. **O Índio na Mídia impressa em Roraima**. Boa Vista: Ed. da UFRR, 2008.

LUCKMANN, Donato. **História e Geografia do Município de Boa Vista: série: Roraima através dos Municípios, Boa Vista, Vol. 1, 1989.**

MACAGGI, Nenê. **A mulher do Garimpo (Romance do Extremo sertão Norte do Amazonas)**. Manaus, Imprensa Oficial. 1976.

MAGALHÃES, Dorval de. **Roraima: Informações históricas**. Rio de Janeiro, Lima Composer, 1987.

MARIANO NETO, Belmiro. **Ecologia e imaginário: memória cultural, natureza e submundialização**, João Pessoa: Universitário, 2001.

MARX, Murillo, **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo : Nobel : Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo, Ed. Martins Fontes. 1996.

MORIN, Edgar. **O método: o conhecimento do conhecimento**. Tradução de Maria Gabriela de Bragança. Portugal, 1986.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes, **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. Tese ( doutorado em História). USP. São Paulo, 2003.

PEREIRA, Rosa Claudia. **Paisagem Urbana: Fotografias e modernidades na cidade de Belém (1846-1908)**. (Dissertação de Mestrado), Universidade do Pará. Belém do Pará, 2006

REIS FILHO. Nestor Goulart. **Contribuições ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. Editora da Universidade de São Paulo-SP, 1968.

RICE, Alexander Hamilton, 1875-1956. **Exploração da Guiana Brasileira**; tradução e notas Lacyr Schettiano; prefácio de Mário G. Ferri- Belo Horizonte; Ed:Itatiaia; São Paulo: Ed.da Universidade de São Paulo, 1978.

RISSO, Luciene Cristina. **Paisagens e Cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígenas Amazônia**. Espaço e Cultura, RJ, UERJ, 2008.

ROSA FILHO, Artur. **Percepção geográfica de escorregamentos de encostas em favelas nas áreas de risco- Rio Claro, SP**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), UNESP, Rio Claro, São Paulo, 2006.

SANDEVILLE JUNIOR. **Paisagens e Métodos: algumas contribuições para elaboração de roteiro de estudo da paisagem intra-urbana**. In: revista eletrônica da área paisagem e ambiente. FAU, USP, 2004.

SANTILLI, Paulo. **Fronteira da república: história e política entre os Macuxi no Vale do Rio Branco**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). UNICAMP. São Paulo, 1994.

SANTOS, Adair J. **Roraima: História Geral**, Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.

\_\_\_\_\_, **História da Livre Iniciativa: no desenvolvimento socioeconômico do estado de Roraima**. Boa vista: FECOMÉRCIO RR, 2004.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e Metodológicos da Geografia** / Milton Santos em colaboração com Denise Elias, - 6º Ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAUER, C. O. **A morfologia da Paisagem**. In CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.p.12-74.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). **Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da Transformação**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

SILVA JÚNIOR, Tércio. **Roraima o Brasil do Hemisfério Norte: Diagnóstico Científico e Tecnológico para o Desenvolvimento de Roraima**: Aimbetc, A. Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima 1993. 512 p.v. II.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Gênese espontânea e gênese induzida**, In Revista Acta Geográfica, Boa Vista: UFRR, 2009, vol.3, nº 5.

\_\_\_\_\_ **Dinâmica Territorial Urbana em Roraima-Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), USP, São Paulo, 2007.

SILVA, Rafael Ferreira. **Arquitetura Histórica: sobre cidades históricas e seus patrimônios arquitetônico**. [www.http// pt .wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org). Consultado no dia 29.01.2009.

SCARLATO, Francisco Capuano. **O Real e o Imaginário no Bexiga: auto-fagia e Revolução Urbana no bairro**. FFLCH / USP (Tese de Doutorado), São Paulo, 1982.

STRADELLI, Ermanno, **Rio Branco, nota de viagem**. Tradução por Basi. Boa Vista: v.7, p.21-44, agosto 1983. Tradução de Rio Branco, note di viaggio. In Bolletino della societá Goegráfica Italiana. Roma, Marzo-abrille, 1889.

TRAVASSOS, Luiz Eduardo Panisset. **A fotografia como instrumento de auxílio no ensino de geografia**. In Revista de Biologia e Ciências da Terra. Vol. 1- número 2 - 2001.

TUAN, YI-FU. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983. Tradução de Livia de Oliveira.

VANTHUY NETO. Raimundo. **Dirigir Almas e Servir ao jeito de Muitos: a missão dos Beneditinos junto aos povos indígenas de Roraima-1909/1948**. Dissertação (Mestrado em Teologia Dogmática). Pontifícia Faculdade de Teologia de Nossa Senhora da Assunção. São Paulo, 2000.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista –Roraima**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), USP, São Paulo, 2009.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra - 1777 a 1980**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

WAUGH, Evelin. **Noventa e dois dias: Reportagem de uma viagem aos trópicos através da Guyana e parte do Brasil**. Tradução por Cidr. In Basi. Boa Vista/Roraima, v.12, julho, 1986. 47p. Tradução de Ninety-Two Days: The Account of a tropical journey Throug British Guiana ando f Brazil. New York: Inc Publishers, 1934.

**INTERNETOGRAFIA**

[www .iphan.org](http://www.iphan.org). (site consultado ao longo de toda pesquisa)  
[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) (site consultado ao longo da pesquisa)  
[www.boavista.rr.gov.br](http://www.boavista.rr.gov.br) (site consultado ao longo de toda a pesquisa)  
[www.tese.usp.br](http://www.tese.usp.br) (site consultado ao longo de toda a pesquisa)  
[www.usp/sibi](http://www.usp/sibi) (site consultado ao longo de toda a pesquisa)  
[www.http// pt. wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org). (site consultado no dia 29.01.2009).